



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



QUARTA SESSÃO DO SUBCOMITÊ PARA PROGRAMA, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

Washington, D.C., EUA, 17-19 março 2010

SPBA4/FR (Port.)
18 de março de 2010
ORIGINAL: INGLÊS

RELATÓRIO FINAL

ÍNDICE

Página

Abertura da sessão	3
Assuntos procedimentais	
Estabelecimento da Mesa directora	3
Aprovação da agenda	4
Assuntos relativos à política de programas	
Avaliação de fim do biênio de Programas e Orçamento 2008-2009/ Relatório intermediário do Plano Estratégico 2008-2012.....	4
Avaliação da Política Orçamentária Regional para Programas	7
Organizações não governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS	11
Estrutura de gestão baseada em resultados da OPAS	12
Modernização do sistema de gestão institucional da RSPA	16
Indicação de membros ao Comitê de Auditoria da Organização Pan-Americana da Saúde	20
Assuntos administrativos e financeiros	
Resumo do Relatório Financeiro do Diretor para 2008-2009.....	21
Situação da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS)	24
Atualização: Uso dos fundos da conta tipo holding.....	27
Assuntos do pessoal	
Emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA	30
Reforma contratual na OPAS.....	30
Assuntos para informação	
Versão preliminar da agenda provisória para a 146 ^a sessão do Comitê Executivo	31
Fundo Mestre de Investimentos de Capital.....	34
Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos da OPAS	37
Outros assuntos	39
Encerramento da sessão	39
Anexos	
Anexo A: Agenda	
Anexo B: Lista de documentos	
Anexo C: Lista de participantes	

RELATÓRIO FINAL

1. A Quarta Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi realizada na Sede da Organização em Washington, D.C., em 17 e 18 de março de 2010.

2. Compareceram à reunião representantes dos seguintes membros do Subcomitê eleito pelo Comitê Executivo ou indicados pela Diretora: Barbados, Bolívia, Cuba, Guatemala, México, São Vicente e Granadinas e Estados Unidos. Representantes do Brasil, Canadá, Honduras e Suriname compareceram na qualidade de observadores.

Abertura da sessão

3. A Diretora abriu a sessão e deu as boas-vindas aos participantes. Ela observou que o Subcomitê estaria examinando vários itens administrativos, financeiros e programáticos de grande importância para a Organização. As sessões do Subcomitê proporcionavam uma oportunidade para discussão relativamente informal de assuntos que seriam posteriormente examinados pelo Comitê Executivo e Conselho Diretor e ela esperava que houvesse um intercâmbio aberto e dinâmico de opiniões.

4. Ela também observou com preocupação que dois países-membros da OPAS, Chile e Haiti, haviam sofrido recentemente terremotos devastadores, com muitas mortes, inclusive de colegas do sistema internacional de cooperação. A OPAS vinha trabalhando estreitamente com os governos de ambos os países depois dos desastres e continuaria a dar seu apoio na fase de reconstrução.

Assuntos procedimentais

Estabelecimento da Mesa diretora

5. Foram eleitos os seguintes países-membros para servir como mesa diretora do Subcomitê para a Quarta Sessão:

<i>Presidente:</i>	São Vicente e Granadinas	(dr. Douglas Slater)
--------------------	--------------------------	----------------------

<i>Vice-presidente:</i>	Bolívia	(sr. Fernando Rivera)
-------------------------	---------	-----------------------

<i>Relatora:</i>	México	(sra. Ana María Sánchez)
------------------	--------	--------------------------

6. A dra. Mirta Roses Periago (Diretora, Repartição Sanitária Pan-Americana – a RSPA) serviu como secretária *ex officio* e o dr. Jon Kim Andrus (Diretor Adjunto, RSPA) serviu como secretário técnico.

Aprovação da agenda (Documento SPBA4/1, Rev. 2,)

7. O Presidente informou o Subcomitê que um item com respeito à avaliação do fim de biênio do Orçamento para Programas da OMS para 2008–2009 foi suprimido do programa porque a Organização Mundial da Saúde havia indicado que o relatório de avaliação não estaria pronta até abril de 2010.

8. O Subcomitê aprovou a agenda provisória apresentada pela Diretora (Documento SPBA4/1, Rev.1) sem alteração. O Subcomitê também aprovou um programa de reuniões (Documento SPBA4/WP/1).

Assuntos relativos à política de programas

Avaliação de fim do biênio de Programas e Orçamento 2008-2009/Relatório intermediário do Plano Estratégico 2008-2012 (Documento SPBA4/2, Rev. 1)

9. O dr. Isaías Daniel Gutiérrez (gerente de área, Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, RSPA) descreveu a metodologia para avaliar a implementação do Programa e Orçamento 2008-2009 e Plano Estratégico 2008-2012 e expôs alguns resultados preliminares da avaliação, observando que o relatório completo da avaliação seria apresentado à 146ª Sessão do Comitê Executivo em junho de 2010. Ele começou fazendo uma revisão dos instrumentos de planejamento da OPAS/OMS que haviam guiado o trabalho da Organização durante o biênio de 2008-2009 e continuariam guiando-o até o final de 2012. Estes instrumentos incluíam, do lado da OPAS, a Agenda de Saúde para as Américas 2008-2017, adotada pelos governos da Região em 2007; o Plano Estratégico para RSPA 2008-2012, adotado pela 27ª. Conferência Sanitária Pan-Americana em 2007; e o Programa e Orçamento da OPAS para os biênios de 2008-2009, 2010-2011 e 2012-2013. O Programa e o Orçamento foram implantados através de planos de trabalho bienais, que foram postos em prática pelas 69 entidades que constituíram a Organização no âmbito regional, sub-regional e de país. Do lado da OMS, os instrumentos principais de planejamento eram o Programa Global de Trabalho, o Plano Estratégico a Médio Prazo 2009-2013 e o Orçamento Bienal para Programas. Todos os instrumentos de planejamento da OPAS estavam plenamente alinhados com os da OMS.

10. Os resultados do trabalho da Organização eram medidos por meio de indicadores estabelecidos em diversos níveis de uma cadeia de resultados em que cada nível contribuía para o alcance dos resultados no nível superior seguinte na cadeia: resultados esperados específicos de cada escritório (OSERs) contribuía para atingir os resultados esperados de alcance regional (RERs), que por sua vez contribuía para atingir os resultados esperados com alcance de organização (OWERs) e os objetivos estratégicos no âmbito global. O monitoramento do desempenho e a notificação da avaliação eram realizados tanto em nível institucional e de entidade. O monitoramento era um processo contínuo, embora a avaliação de desempenho ocorresse a cada seis meses. Os planos de

trabalho bienais eram avaliados para determinar em que medida os resultados esperados de alcance regional e objetivos estratégicos haviam sido atingidos. As avaliações consideravam a implementação programática, execução orçamentária e captação dos recursos para preencher as lacunas de financiamento no programa bienal e no orçamento. Era este exercício que havia produzido os resultados preliminares apresentados no Documento SPBA4/2, Rev. 1 e, por fim, forneceria os resultados de fim de biênio a serem apresentados ao Comitê Executivo e Conselho Diretor.

11. Os resultados preliminares indicavam que 82% de um total de 308 RERs haviam sido alcançados no final de 2009 e que 11 dos 16 objetivos estratégicos (69%) estavam em vias de serem alcançados até o ano final do Plano Estratégico (2012); considerava-se que 5% dos objetivos estratégicos estavam “em risco”, ou seja, talvez não pudessem ser alcançados até 2012.

12. Convidou-se o Subcomitê a fazer comentários sobre o esquema proposto para os relatórios combinados de avaliação de fim de biênio e de progresso intermediário sobre a execução do Plano Estratégico.

13. O Subcomitê acolheu favoravelmente a proposta de uma avaliação completa e transparente dos resultados de fim de biênio, enfatizando a importância de tais avaliações para a gestão baseada em resultados. Os membros fizeram várias sugestões com respeito ao conteúdo e formato do relatório. Com relação ao conteúdo, vários delegados sugeriram que, além de informação específica quantitativa sobre o cumprimento das metas de indicadores, o relatório deveria incluir informação sobre os desafios para a execução e as lições aprendidas, as medidas a serem tomadas para melhorar a eficácia e a eficiência na implementação de programas, melhorias feitas dentro da Repartição e também melhorias obtidas na situação da saúde nos países-membros como resultado das atividades realizadas durante o biênio. Também se sugeriu que os objetivos da avaliação de fim de biênio deveriam ser esclarecidos e que o relatório deveria indicar como a Repartição usaria os resultados no planejamento futuro orçamentário e de programas.

14. Alguns delegados consideraram que a informação apresentada na Tabela 1 no anexo ao documento, que mostrava o progresso para o alcance dos objetivos estratégicos por semestre, era confusa e acharam que deveria ser fornecida mais explicação, em particular sobre o motivo pelo qual a porcentagem de objetivos “em vias de” havia flutuado de um biênio ao seguinte e por que pouco ou nenhum progresso parecia a ter sido feito em alguns objetivos. Um delegado, observando que o Documento SPBA4/2, Rev. 1 identificava a crise financeira global e a pandemia de influenza A (H1N1) como os grandes desafios que haviam afetado o desempenho durante o biênio, assinalou que informação mais detalhada era necessária sobre como estes desafios haviam afetado o cumprimento dos diversos objetivos estratégicos e por que alguns objetivos pareciam ter sido mais afetados que outros. Em particular, ele gostaria de saber por que os Objetivos Estratégicos 3, 6, 9 e 11 haviam estado em risco ao longo do biênio. Uma outra delegada,

observando que a pandemia H1N1 havia sido o primeiro teste real do Regulamento Sanitário Internacional (2005), sugeriu que o relatório deveria incluir informação sobre em que medida os países da Região haviam executado as Regulamentações e uma análise de como as atividades empreendidas a este respeito haviam contribuído para o alcance dos diversos resultados esperados de alcance regional e objetivos estratégicos.

15. Os delegados também observaram várias contradições aparentes nos resultados preliminares e salientaram a necessidade de mais esclarecimentos. Por exemplo, assinalou-se que Tabela 2 no anexo ao documento, indicava que a taxa de execução orçamentária para o Objetivo Estratégico 4 havia sido relativamente baixa, mas a Figura 1 indicava que este objetivo havia sido plenamente alcançado. Uma delegada conjecturou se que a situação não poderia refletir excesso de verbas para alguns objetivos. Os delegados também pediram esclarecimento dos motivos para o desvio de recursos dos Objetivos Estratégicos 15 e 16 a outros objetivos, mencionados no parágrafo 5 do anexo, e das possíveis explicações para o aumento constante dos recursos extraorçamentários, como mostrado na Tabela 5, apesar da crise econômica e financeira.

16. Com respeito ao formato do relatório, o Subcomitê considerou o esquema proposto aceitável de modo geral e acolheu favoravelmente o uso de tabelas e figuras como forma de apresentar dados de uma maneira que seja visualmente interessante e facilmente compreensível. Sugeriu-se que toda a informação sobre a execução orçamentária deveria ser agrupada na mesma seção do relatório; que o relatório da OPAS deveria estar claramente vinculado com o próximo relatório equivalente de avaliação de fim de biênio da OMS; que os títulos dos objetivos estratégicos deveriam ser escritos por extenso, não somente listados por número; e a informação sobre o alcance dos objetivos estratégicos deveria ser apresentada não só pelo objetivo estratégico na ordem numérica como também por objetivo estratégico na ordem de prioridade. Com relação à última sugestão, a delegada do México ofereceu partilhar as conclusões de uma análise realizada por seu governo dos resultados de avaliação preliminar para os objetivos estratégicos na ordem da prioridade acertadas pelos países-membros conforme o Plano Estratégico. Ela informou que a análise havia demonstrado que havia algum grau de risco com respeito ao avanço dos quatro primeiros objetivos prioritários e assinalou a importância de tais informações para a tomada de decisão no futuro.

17. O dr. Gutiérrez disse que ele acolhia favoravelmente a informação sobre a análise realizada pelo governo do México e concordava que seria útil incluir tal análise no relatório de avaliação. Ele enfatizou que a informação apresentada no anexo ao Documento SPBA4/2, Rev. 1, era preliminar. Havia sido feitas diversas alterações no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação da Organização (AMPES) após a introdução da gestão baseada em resultados e, como resultado, alguns dos dados que estavam sendo produzindo poderiam ser errôneos ou enganosos. A Repartição estava, portanto, revisando toda a informação para assegurar sua precisão. De qualquer modo, o objetivo do documento havia sido fornecer um esquema geral do conteúdo do relatório,

não apresentar uma análise das informações propriamente ditas. Ele assegurou ao Subcomitê que a Repartição iria extrair e analisar as lições aprendidas e usaria as conclusões do relatório de avaliação para fundamentar o planejamento e o planejamento orçamentário no futuro. Ele havia anotado cuidadosamente as observações e sugestões do Subcomitê e asseguraria para que elas estivessem refletidas na versão preliminar final do relatório a ser apresentado para discussão pelo Comitê Executivo.

18. A Diretora observou que a avaliação de fim de biênio, como a execução da gestão baseada em resultados, era um trabalho em andamento. A Repartição estava em processo de revisão da informação apresentada pelas 69 entidades e asseguraria que os dados fossem uniformes. A aparente falta de progresso em algumas áreas poderia ser resultado de diferenças nos critérios sobre o que era informado entre as diversas entidades. Poderia também se dever ao fato de que algumas das principais medidas não haviam sido tomadas no âmbito nacional – ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, por exemplo – ou à captação insuficiente ou a um atraso no recebimento de recursos extraorçamentários. Nada disso significava que não havia sido feito progresso nestas áreas. Significava simplesmente que, pelo fato de algumas metas de indicadores não terem sido alcançadas, a Repartição não poderia informar 100% de sucesso no que se referia a alguns objetivos e resultados esperados. Além disso, o trabalho em algumas áreas poderia ter sido começado em um biênio anterior e as metas nestas áreas haviam sido, portanto, atingidas antes que em outras áreas.

19. A pandemia de influenza H1N1 talvez pudesse ter causado atrasos em algumas áreas, embora também tenha promovido progresso, por exemplo na provisão de medicamentos, e facilitado a captação dos recursos para algumas finalidades. No relatório de avaliação, a Repartição procuraria avaliar o impacto da pandemia e outros eventos e repercussões no seu trabalho durante o biênio e em saúde pública em geral, os obstáculos e os sucessos na execução de atividades e a captação de recursos e os desafios que ainda precisavam ser superados no biênio de 2010-2011.

20. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Avaliação da Política Orçamentária Regional para Programas (Documento SPBA4/3 Rev. 1)

21. O sr. Román Sotela (assessor sênior, Planejamento e Orçamento para Programas,, RSPA) apresentou este item ao fornecer os antecedentes sobre a Política Orçamentária Regional para Programas, adotada pelo 45º Conselho Diretor em 2004 (Resolução CD45.R6). Ele recordou que, naquela ocasião, a política orçamentária da Organização não havia sido revisada desde 1985. A Assembleia Mundial da Saúde recentemente adotara uma resolução que havia reduzido significativamente a alocação da Região. O Plano Estratégico em vigência naquela ocasião havia identificado cinco países-chave, vários grupos populacionais especiais e oito áreas técnicas para receber prioridade na

alocação dos recursos. Além disso, tanto OPAS como a OMS haviam adotado um enfoque centrado no país, com transferência correspondente de recursos ao nível nacional, e o 44º Conselho Diretor requeria, em 2003, critérios conforme a necessidade para a alocação de recursos. Um grupo consultor havia, portanto, sido formado em 2004 para formular uma política orçamentária regional para programas e a política proposta havia posteriormente sido apresentada e aprovada pelo 45º Conselho Diretor.

22. Entre as principais questões e transformações que haviam moldado a política estavam as Metas de Desenvolvimento do Milênio, processos regionais e sub-regionais de integração e as funções, valores e princípios básicos da OPAS, principalmente equidade e solidariedade. A política cobria três níveis funcionais – nacional, sub-regional, e regional – e requeria passagem progressiva de recursos do âmbito regional aos outros dois níveis ao longo de três biênios, dos quais o biênio de 2010-2011 era o último. As metas de alocação de recursos estabelecidas – 40% ao nível nacional, 7% ao nível sub-regional, e 53% ao nível regional – haviam sido atingidas e ultrapassadas.

23. O modelo de alocação de recursos da política cobria um enfoque de dois níveis compreendendo uma alocação básica e uma alocação variável. A alocação básica era formada por uma parcela de piso mínimo, que era uma quantia fixa para assegurar um nível mínimo da cooperação técnica, e uma parcela conforme a necessidade, que era determinada pela necessidades relativas econômicas e de saúde dos países. A alocação variável era uma porcentagem da alocação total dos países projetada para acelerar o cumprimento dos mandatos coletivos, como as Metas de Desenvolvimento do Milênio, e a aliviar o impacto de reduções de alocações para alguns países como resultado da execução da política. A política também cobria a distribuição progressiva dos recursos com base na necessidade relativa e na uniformização populacional para levar em consideração as amplas variações no tamanho das populações entre os países da Região. Os cinco países-chave (Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua) haviam sido protegidos de reduções da sua parcela proporcional do orçamento básico no que se referia ao Orçamento Bienal para Programas para 2004-2005.

24. O sr. David O'Regan (auditor geral, Escritório de Serviços de Supervisão Interna e Avaliação, RSPA) em seguida resumiu os termos de referência e o procedimento para a avaliação da política orçamentária, formulada no Documento SPBA4/3. A avaliação examinaria se haviam sido respeitadas as principais disposições da política, como a proteção aos países-chave contra reduções. Também examinaria a metodologia estatística e os pressupostos que serviam de base da fórmula usada para estabelecer alocações e identificaria avanços, problemas e restrições na aplicação da política. A Repartição buscava assessoria especializada de estatísticos para a avaliação do modelo de alocação.

25. O Subcomitê acolheu positivamente os planos para avaliação da Política Orçamentária Regional para Programas, que membros consideraram que melhoraria a transparência e a gestão baseada em resultados. Várias perguntas foram feitas com

respeito ao conteúdo e o resultado pretendido da avaliação – por exemplo, seria examinado o uso da alocação variável aos países e de fundos para cooperação técnica entre países (CTP), se a metodologia de alocação de recursos seria avaliada, quais os “assuntos relacionados” (mencionados no parágrafo 3 do Documento SPBA4/3 Rev. 1) seriam avaliados, como os critérios para uma alocação mais equitativa dos recursos entre países seriam atualizados, se a avaliação estaria vinculada a uma avaliação de desempenho de fim de biênio mais ampla (ver parágrafos 9 a 20 acima) e se recomendações e propostas à nova política seriam feitas com base nos resultados da avaliação. Com respeito aos critérios para a alocação de recursos, assinalou-se que outros fatores que não a renda ou necessidade econômica, como a carga da doença, deveriam ser levados em consideração.

26. Um delegado perguntou se o relatório de avaliação estaria pronto quando o Comitê Executivo se reunisse em junho. Outra delegada, observando que a Resolução CD45.R6 pedia insistentemente à Diretora para que assegurasse que os sistemas de informação de saúde de todos os países fossem aprimorados de modo a fornecer dados fidedignos que pudessem ser usados para refinar o modelo para alocação dos recursos entre países, perguntou sobre os possíveis vínculos entre a execução da política orçamentária e um dos projetos que estava sendo financiado pela conta tipo holding, que procurava fortalecer os sistemas de informação da OPAS (Projeto 2.A, ver Documento SPBA4/10 e parágrafos 107 a 119 abaixo). Vários delegados enfatizaram que, como parte da avaliação, os pontos de vista das autoridades nacionais sobre a política deveriam ser considerados.

27. O sr. O'Regan disse que a Repartição pretendia consultar altos funcionários dos ministérios da Saúde e outras autoridades nacionais como parte da avaliação. De fato, eles se encontraram entre as “outras partes interessadas” mencionadas no parágrafo 6 dos termos de referência para a avaliação. A avaliação da metodologia para a alocação dos recursos seria uma das características centrais da avaliação. Como parte desta avaliação, os pressupostos que serviam de base para o modelo de alocação de recursos seriam reexaminados e o uso da alocação variável aos países seria examinado. Quanto aos critérios para assegurar uma alocação orçamentária mais equitativa entre os países, a avaliação examinaria primeiro se era necessária qualquer mudança nos critérios e, nesse caso, quais as alterações necessárias a serem feitas para uma maior equidade. O relatório final de avaliação provavelmente não estaria pronto até junho, mas a Repartição pretendia apresentar os resultados preliminares ao Comitê Executivo. De fato, faria recomendações de política com base nos resultados.

28. Com respeito ao vínculo entre a avaliação da política orçamentária e avaliação de fim de biênio do desempenho, ele entendia que a política não tinha um foco programático. Era um método para alocar os recursos do orçamento ordinário entre os países-membros. Deste modo, a avaliação seria centrada principalmente em como o

modelo de alocação havia funcionado. Era improvável que fosse revelar algo importante sobre os resultados de cooperação técnica.

29. O sr. Sotela confirmou que a política não se destinava a guiar o trabalho técnico da Organização. Esta orientação era dada pelo Plano Estratégico e as diversas estratégias e planos de ação regionais aprovados pelos países-membros. Havia um elemento na política que tinha uma orientação programática, no entanto: um dos critérios para obter acesso aos fundos de alocação variável aos países era a preparação de um plano para acelerar o progresso para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Contudo, o foco de interesse principal da política era assegurar uma distribuição equitativa dos recursos. A política não determinava como os recursos deveriam ser programados.

30. A Diretora disse que o objetivo da avaliação era examinar como a política era aplicada na prática e avaliar qual havia sido o seu impacto em termos da distribuição dos recursos entre os três níveis da Organização – regional, sub-regional e de país – e entre os países-membros. A avaliação interna da política seria o primeiro passo em um processo que conduziria à formulação de uma proposta de uma política orçamentária nova ou revista a ser apresentada aos Órgãos Diretivos em 2011. A Repartição convocaria um grupo de especialistas em orçamento dos países-membros para ajudá-la na formulação da proposta. Dependendo dos resultados da avaliação interna, o grupo de especialistas poderia decidir manter a política existente ou revisá-la ou elaborar uma nova política. Determinados novos mandatos teriam de ser considerados ao formular a proposta, por exemplo, recentes resoluções das Nações Unidas referentes às necessidades especiais de pequenos estados insulares em desenvolvimento e estados sem saída para o mar. As avaliações do progresso em direção às Metas de Desenvolvimento do Milênio no âmbito nacional também seriam contribuições importantes para a próxima política orçamentária.

31. Entre as questões relacionadas a serem consideradas em conjunto com a avaliação estavam a captação e aplicação das contribuições voluntárias e o uso dos mecanismos compensatórios, ou seja, mecanismos como o local de um posto ou programa regional em uma sub-região ou país em particular para compensar o efeito de redução do financiamento para os países que haviam tido diminuição das alocações como resultado da execução da política orçamentária. Estes mecanismos e os critérios para a alocação dos fundos voluntários seriam examinados com vistas a assegurar que eles estivessem contribuindo para a equidade e solidariedade na distribuição dos recursos.

32. Não havia nenhum vínculo real entre a política orçamentária e o projeto 2.A, que dizia respeito ao sistema de informação da OPAS. A política estava vinculada, embora indiretamente, ao Plano Regional de Ação para o Fortalecimento das Estatísticas Vitais e de Saúde, aprovado pelo 48º Conselho Diretor em 2008 (Resolução CD48.R6). As melhorias nos sistemas vitais e de informação de saúde permitiriam aos países fornecer dados mais fidedignos a serem introduzidos no modelo de alocação de recursos sob a

política orçamentária, que por sua vez ajudaria a assegurar que recursos estivessem sendo distribuídos equitativamente e segundo a necessidade.

33. A Repartição prepararia relatórios para o Comitê Executivo sobre o uso da alocação variável aos países e os fundos de CTP e também incluiria informação sobre estes assuntos no relatório de avaliação de final do biênio.

34. O Subcomitê tomou nota do relatório.

***Organizações não governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS
(Documento SPBA4/4)***

35. De acordo com o procedimento apresentado nos Princípios que Regem as Relações entre a Organização Pan-Americana da Saúde e as Organizações Não Governamentais (ONGs), o Subcomitê analisou a situação de duas ONGs que mantêm relações oficiais com a OPAS e considerou outra organização que se candidatou a manter relações oficiais.

36. A sra. Marcela Gaitán (Aliança Nacional de Saúde Hispânica) falou em nome da sua organização, que estava procurando prosseguir sua relação com a OPAS. Ela observou que a Aliança Nacional de Saúde Hispânica havia inicialmente sido estabelecida para prestar serviços de saúde mental a pessoas hispânicas que viviam nos Estados Unidos, mas havia gradualmente se tornado mais abrangente e agora fornecia uma ampla variedade de serviços de saúde pública através de uma rede de organizações locais, como clínicas e centros comunitários, atendendo principalmente à população hispânica sem seguro de saúde. A Aliança trabalhava com estas organizações ao fornecer serviços de promoção da saúde e de educação em saúde, concentrando-se em problemas desde o controle e tratamento de diabetes ao ensino de hispânicos sobre Medicare, programa de seguro de saúde público para pessoas idosas. A Aliança havia trabalhado com a OPAS nos anos anteriores na área da saúde do trabalhador, especificamente ao fornecer informação às comunidades hispânicas sobre problemas relacionados com a saúde e a segurança no local de trabalho. Recentemente, havia entrado para o Fórum para a Prevenção e Controle de Doenças Crônicas dos Parceiros da OPAS, e estava usando sua ampla rede de organizações comunitárias para difundir informações relacionadas a este assunto.

37. De acordo com o procedimento apresentado nos Princípios que Regem as Relações entre a Organização Pan-Americana da Saúde e as Organizações Não Governamentais (ONGs), o Subcomitê prosseguiu seu trabalho em uma reunião fechada, e em seguida o Presidente anunciou que o Subcomitê havia decidido recomendar que o Comitê Executivo aprovasse a continuação das relações oficiais entre a OPAS e a Confederação Latino-americana de Bioquímica Clínica (COLABIOCLI) e a Aliança Nacional de Saúde Hispânica, e que admitia o Centro de Transporte Sustentável do

Instituto de Recursos Mundiais (EMBARQ) para manter relações oficiais com a OPAS. Estas recomendações seriam apresentadas ao 146º Comitê Executivo em um anteprojeto de resolução para consideração.

Estrutura de gestão baseada em resultados da OPAS (Documento SPBA4/5, Rev. 2)

38. O dr. Isaias Daniel Gutierrez (gerente de área, Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, RSPA) informou sobre o progresso da Repartição na execução da gestão baseada em resultados (RBM). Ele começou por recapitular a definição de gestão baseada em resultados e os quatro componentes da estrutura de gestão baseada em resultados da OPAS: planejamento, execução e monitoramento e avaliação do desempenho, avaliação independente e aprendizagem e responsabilidade, que estão todos descritos detalhadamente no Anexo A do Documento SPBA4/5, Rev. 2. Ele observou que os dois primeiros componentes haviam sido discutidos a fundo pelo Subcomitê sob o item sobre a avaliação de fim de biênio e o relatório de progresso intermediário para o Plano Estratégico 2008–2012 (ver parágrafos 9 a 20 acima). Ele também examinou alguns dos instrumentos e políticas relacionados que foram elaborados pela RSPA para facilitar a implementação do Plano Estratégico, a saber: a política de contribuições voluntárias, a política de cartas de acordo e a política de coordenação de recursos, que foram descrita, respectivamente, nos Anexos B, C, e D do documento.

39. O escritório de Serviços de Supervisão Interna e Avaliação da OPAS, que contava agora com um corpo de funcionários completo e operacional, era responsável pela avaliação independente e o componente de aprendizagem da estrutura. Com respeito ao componente de prestação de contas, as diversas entidades que formavam a Organização nos âmbitos regional, sub-regional e de país deviam prestar contas ao Diretor, que por sua vez era devia prestar contas aos países-membros através dos Órgãos Diretivos e ao diretor-geral da OMS. O Anexo E do documento descrevia a política de delegação de autoridade do Diretor, que delineava a responsabilidade e prestação de contas do pessoal em toda a Organização.

40. Na discussão que seguiu à apresentação do dr. Gutiérrez, os membros do Subcomitê fizeram observações de natureza geral e fizeram algumas observações específicas em relação aos diversos anexos ao documento. Os membros agradeceram à Repartição pelas informações extensas e detalhadas contidas no Documento SPBA4/5, Rev. 2, e acolheram positivamente a oportunidade de aprender mais sobre a estrutura de gestão baseada em resultados da OPAS. Eles elogiaram a Repartição pelo progresso feito até agora ao executar a gestão baseada em resultados, principalmente na área de planejamento e incentivaram a Repartição a continuar a trabalhar para fortalecer os outros aspectos da estrutura, em particular o componente de prestação de contas. Pediu-se à Repartição que apresentasse um cronograma de atividades a serem realizadas em 2010-2011 para consolidar o componente de prestação de contas. Insistiu-se para que a Diretora e o seu pessoal assegurassem que gestão baseada em resultados fosse mais do

que simplesmente um exercício burocrático e que fosse sempre dada ênfase ao alcance de resultados na alocação de recursos e tomada de decisão programática.

41. Salientou-se a importância do monitoramento e avaliação contínuos a fim de fortalecer tanto a gestão baseada em resultados como o desempenho geral de organização e elogiou-se a decisão da Diretora de pedir aos Serviços de Supervisão Interna e Avaliação para realizar uma análise das lições aprendidas até o momento no processo de gestão baseada em resultados. Um delegado, enfatizando a importância dos indicadores idôneos para medir os resultados, perguntou se a qualidade e a mensurabilidade dos indicadores e metas que estavam sendo usados para avaliar os resultados haviam sido examinados. O mesmo delegado acolheu favoravelmente a mudança do foco (descrito no parágrafo 4 do Documento SPBA4/5, Rev. 2) de atingir resultados a curto prazo dentro dos interesses exequíveis dos gerentes para o de alcançar resultados a médio prazo que beneficiariam diretamente as populações da Região. Ele também assinalou que a execução de tal enfoque requereria coordenação firme e esforço integrado entre as diversas entidades e gerentes.

42. Uma outra delegada, destacando que o parágrafo 25 do documento indicava que as avaliações de desempenho e monitoramento eram conduzidas a cada seis meses e que a última (ou seja, a quarta) avaliação era a avaliação de fim de biênio, assinalou que era importante para os países-membros que recebessem informação sobre os outros três exercícios de avaliação para fins de comparação e para que eles pudessem claramente ver onde havia ocorrido e não havia ocorrido progresso. Ela também destacou o valor de realizar avaliações temáticas e a nível nacional (mencionadas no parágrafo 28 do documento), que permitiriam aos países-membros identificar oportunidades para cooperação entre instituições nacionais e a OPAS.

43. Com o respeito especificamente ao Anexo B do documento (política de contribuições voluntárias), sugeriu-se que as definições dos termos “coordenador de projetos”, “gerente de entidade” e “facilitador do Objetivo Estratégico” deveriam ser incluídos no glossário, juntamente com as descrições de suas responsabilidades.

44. Quanto ao Anexo C (política de cartas de acordo), os delegados questionaram se havia outras disposições que não cartas de acordo para a cooperação com os países, se havia um protocolo para a negociação das cartas de acordo, em que a política apresentada no Anexo C diferia da prática anterior e se as cartas de acordo atendiam às recomendações do Auditor Externo.

45. Com relação ao Anexo D (política de coordenação de recursos), pediu-se esclarecimento sobre como os países poderiam obter acesso às contribuições voluntárias não destinadas e como taxas de execução histórica foram levadas em consideração ao determinar a alocação de recursos. Também se solicitou esclarecimento sobre o procedimento para obter acesso aos fundos de CTP.

46. O dr. Gutiérrez observou que a execução da gestão baseada em resultados na Organização era um processo em andamento de aprendizagem e transformação cultural. Com respeito à qualidade dos indicadores sendo usados para medir os resultados, a Repartição estava trabalhando com base em duas perspectivas. Em primeiro lugar, estava revisando os indicadores para assegurar que eles estivessem metodologicamente corretos, o que requeria uma exame para ver, por exemplo, se todas as variáveis eram mensuráveis e quais as metas estavam efetivamente relacionadas com os indicadores. Em segundo lugar, estava se examinando se os indicadores foram idôneos tanto do ponto de vista de âmbito regional (ou seja, para medir o progresso dos resultados esperados de alcance regional) quanto do âmbito de cada escritório (resultados esperados específicos para o escritório). A análise havia resultado no aperfeiçoamento de alguns dos indicadores identificados no atual Plano Estratégico e seguramente ajudaria a melhorar a qualidade dos indicadores definidos para planos futuros.

47. O sr. David O'Regan (auditor geral, Escritório de Serviços de Supervisão Interna e Avaliação, RSPA) disse que, como parte da análise das lições aprendidas no processo de RBM até o momento, o seu escritório havia realizado entrevistas, reuniões e levantamentos envolvendo mais de 100 funcionários e havia examinado a metodologia para a execução da gestão baseada em resultados, a validade dos indicadores e o nível do apoio dado aos gerentes ao definir e monitorar as suas metas. Os resultados da análise seriam disponibilizados em breve.

48. Passando às perguntas específicas nos diversos anexos, o dr. Gutiérrez explicou que a taxa de execução histórica referia-se à porcentagem de fundos alocados que eram efetivamente implementados. Era calculado pela em média dos dados sobre a proporção da execução orçamentária dos dois biênios anteriores. A taxa de execução histórica, junto com a Política Orçamentária Regional para Programas e a priorização concordada dos objetivos estratégicos no Plano Estratégico, fornecia informações úteis para determinar a alocação de orçamento a cada entidade e/ou estratégico objetivo. Era também usada, junto com a estimativa de defasagem de recursos – ou seja, os recursos necessários para alcançar as metas identificadas no Plano Estratégico – como base para a alocação das contribuições voluntárias.

49. Em resposta à sugestão com respeito aos termos adicionais a serem incluídos no glossário no Anexo B, ele observou que os termos em questão de fato apareciam na política sobre a delegação de autoridade no Anexo E. Quanto à política das cartas de acordo, ele explicou que elas eram instrumentos administrativos para transferir recursos a uma instituição beneficiária que estava realizando uma atividade que contribuiria para a execução do Plano Estratégico da Organização. Não havia um protocolo propriamente dito para a negociação das cartas de acordo. A OPAS firmou tais acordos com as instituições nacionais com base nos seus planos de trabalho bienais. Em resposta a uma solicitação de um membro do Subcomitê, ele disse que informação sobre outras

disposições para cooperação com os países estaria incluída no documento a ser apresentado ao Comitê Executivo.

50. O sr. Hernán Rosenberg (assessor sênior, Coordenação de Recursos e Elaboração de Programas, RSPA) acrescentou que a carta de acordo era um instrumento que complementava outros instrumentos, como os contratos e ordens de compra, sendo os quais a OPAS cooperava com os países. Era um meio de transferir recursos às instituições nacionais e também servia para delegar autoridade e capacitar tais instituições a realizar partes do Plano Estratégico. A nova política estabeleceu os termos e condições aplicáveis às cartas de acordo e delineou um procedimento para estabelecer a qualificação das instituições nacionais como beneficiárias destes acordos.

51. A Diretora disse que as cartas de acordo haviam surgido em meados dos anos noventa porque o auditor externo havia assinalado que a RSPA não tinha um instrumento apropriado para transferir recursos aos órgãos governamentais e assegurar a prestação de contas necessária. Os governos eram contrapartes da Repartição e não podiam ser considerados contratantes. As cartas de acordo foram inicialmente usadas em conjunto com a campanha de erradicação da poliomielite, quando a Organização precisou transferir recursos aos governos para os esforços de erradicação no âmbito nacional. Elas vinham sendo usadas por muitos anos, mas não havia nenhuma política formal regendo o seu uso. O objetivo da política formulada no Anexo C era assegurar maior transparência e prestação de contas por parte de todos os interessados. Incorporava as lições aprendidas ao longo dos anos e refletia as recomendações dos auditores externos. A política representava um grande passo adiante, mas a Organização também necessitava de uma política e procedimento para identificar as instituições nacionais que estavam qualificadas a participar ao implementar seu programa de cooperação técnica através das cartas de acordo. A Repartição tinha a intenção de apresentar tal política para consideração pelos Órgãos Diretivos em 2010 (ver a discussão da agenda para a 146ª Sessão do Comitê Executivo, parágrafos 127 a 137 a seguir.)

52. Com respeito ao procedimento para obter acesso às contribuições voluntárias não destinadas, ela esclareceu que a Organização não dispunha de um pool de fundos não destinados os quais poderiam ser solicitados pelos países. Apesar dos esforços da Repartição de incentivar os doadores a prestarem apoio às áreas gerais de programas em vez de para projetos ou países específicos, a grande maioria das contribuições voluntárias continuava a ser destinada. As contribuições que não eram destinadas eram alocadas para sanar defasagens de recursos no orçamento da OPAS em áreas específicas de programas identificadas pelos doadores. Os países poderiam tirar proveito destes recursos ao apresentar uma proposta demonstrando uma defasagem de financiamento em uma área particular que era identificada como sendo prioritária no plano de trabalho bienal acordado com a respectiva representação no país.

53. Quanto ao procedimento para obter acesso aos fundos para a cooperação técnica entre países, ela recordou que até 2008 a prática da Organização havia sido reservar uma parcela dos fundos do orçamento ordinário alocados a cada país para ser usada exclusivamente para os projetos de CTP. Porém, verificou-se que, embora alguns países habitualmente usavam toda a alocação de CTP e financiamento adicional seria bem-vindo, outros países sempre tinham um sobra de fundos ao final de um biênio. A fim de retificar esta situação, a Repartição havia proposto que a cooperação técnica entre países deveria ser financiada fora da alocação variável aos países conforme a Política Orçamentária Regional para Programas. O Subcomitê havia respaldado esta proposta na sua segunda sessão em 2008 (ver Documento SPBA2/FR, parágrafos 82 a 89).

54. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Modernização do sistema de gestão institucional da RSPA (Documento SPBA4/6, Rev. 1)

55. O dr. Isaias Daniel Gutierrez (gerente de área, Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, RSPA) recordou que o 48º Conselho Diretor havia autorizado (através da Resolução CD48.R1) o uso dos fundos da conta tipo holding para um projeto de modernização do Sistema de Gestão Institucional da RSPA (CMS). A Diretora havia criado um comitê para liderar o projeto e para apresentar recomendações aos Órgãos Diretivos em 2010. O comitê havia começado seu trabalho por uma análise da experiência da OMS ao estabelecer o seu próprio Sistema de Gestão Global (GSM), visto que a OPAS estava comprometida em responder aos requisitos do GSM. Outro trabalho havia levado à conclusão de que a modernização era viável e traria vários benefícios, como melhor prestação de contas, colaboração mais estreita entre a OPAS e a OMS e maior disponibilidade de informação, o que justificariam o investimento requerido. Outros detalhes foram apresentados no Documento SPBA4/6, Rev. 1.

56. Como o comitê de CMS havia prosseguido seu trabalho, havia ficado evidente que a OPAS tinha três opções fundamentais. A primeira era adotar o Sistema de Gestão Global por completo, que implicaria assegurar uniformidade entre este e os Princípios Orientadores do CMS e também assegurar que as necessidades únicas da OPAS como outra entidade legal independente seriam conciliadas. A segunda opção seria a OPAS continuar a operar segundo o seu próprio modelo, que requereria modernização de alguns componentes. A terceira opção seria adotar uma solução híbrida usando alguns componentes do GSM e mantendo alguns componentes do sistema atual que havia sido elaborado internamente. De qualquer modo, todas as opções apresentadas aos Órgãos Diretivos atenderiam aos requisitos do GSM. As opções seriam apresentadas detalhadamente ao Comitê Executivo em junho e um relatório final, inclusive uma recomendação específica, seria apresentado ao Conselho Diretor em setembro.

57. O Subcomitê acolheu favoravelmente a atualização, embora alguns membros tivessem manifestado a necessidade de mais informações sobre o investimento que seria preciso para executar cada uma das três opções. Também se considerou que, para realizar uma escolha, seriam necessários mais detalhes sobre cronogramas, considerações de custo e implicações para a Organização em termos de execução dos seus programas. Sugeriu-se que o documento a ser apresentado ao Comitê Executivo deveria incluir uma matriz resumindo as características das diversas opções em um formato que permitisse fácil comparação. A maioria dos delegados que se manifestaram foram favoráveis à adoção do GSM, embora alguns também manifestaram apoio a uma solução híbrida.

58. Um delegado manifestou preocupação de que a OPAS poderia não estar se alinhando estreitamente o suficiente ao Sistema de Gestão Global. Recordando a reunião do Comitê de Programa, Orçamento e Administração da OMS em janeiro de 2008, na qual a OPAS havia se comprometido a estar plenamente integrada ao GSM até 2013, ele observou que o Documento SPBA4/6, Rev. 1, não mencionava “integração,” mas em contraste procurava se referir como “em resposta” aos requisitos do GSM. Ele questionou se os Princípios Orientadores do CMS eram derivados do GSM e incluíam as mesmas funções básicas. Embora ele reconhecesse a necessidade da OPAS de preservar os aspectos principais de seu modelo operacional, inclusive sua situação legal e estrutura de governo únicas, ele era de opinião que a Repartição deveria formular um plano para modernização e alinhamento que reconhecesse claramente as necessidades tanto da OMS como da OPAS e incluía um conjunto de opções robustas e custeadas. Ele assinalou que a manutenção de um sistema separado do GSM com o tempo implicaria na manutenção e custos de aprimoramento, que seriam bancados exclusivamente pela OPAS, e disse que, a fim de evitar tais custos adicionais, a OPAS deveria tirar proveito do trabalho realizado pela OMS. Recordando que a OMS havia introduzido o GSM de uma só vez, que havia tornado os problemas de execução posterior muito mais acentuados, ele perguntou se a OPAS havia considerado introduzir seu novo sistema de administração como um módulo de uma vez.

59. O dr. Gutierrez disse que ele havia tomado nota da solicitação do Subcomitê de uma comparação detalhada das vantagens e desvantagens e os custos e benefícios das três opções e assegurou aos membros que o documento que estava sendo preparado para o Comitê Executivo conteria informação detalhada, inclusive informações de custo para todas as opções em consideração.

60. O sr. Timothy Brown (assessor, Sistema de Gestão Institucional, Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, RSPA) disse que, embora os Princípios Orientadores eram muito semelhantes aos da OMS, havia algumas diferenças. Ele explicou que o comitê do CMS vinha trabalhando em processos institucionais para criar as bases necessárias para mudar como a Organização trabalhava nas áreas de desenvolvimento institucional e cooperação técnica e, em particular, melhorar sua

capacidade de responder a novos requisitos de cooperação técnica e assumir um maior volume de trabalho.

61. O Diretor Adjunto observou que, ao fazer a análise do seu Sistema de Gestão Institucional, a Repartição estava assumindo propriedade e responsabilidade para entender todas suas opções. Se a análise comprovar que o GSM era a melhor opção, então a OPAS o adotaria. Porém, a OPAS poderia implantar um sistema que seria compatível com o GSM, mas que funcionasse melhor.

62. O sr. Lorne Murdoch (gerente de área, Serviços de Tecnologia da Informação, RSPA) explicou que algumas de preocupações da OPAS com o GSM surgiram dos problemas que a Sede da OMS e outras regiões da OMS estavam tentando resolver atualmente. Os custos da OMS relacionados com o GSM aumentavam vertiginosamente e o sistema ainda não fornecia toda a funcionalidade necessária pelas diversas regiões, sendo que algumas delas estavam administrando seus sistemas preexistentes em paralelo com o GSM porque este último não tinha algumas características essenciais. Um outro problema surgiu da centralização dos processos em Kuala Lumpur, a Malásia, com um tempo de resposta quando problemas eram informados de pelo menos dois dias. Portanto, o GSM não estava apenas sugando os recursos, estava tornando os processos menos eficientes.

63. O sr. Román Sotela (assessor sênior, Gestão de Orçamentos para Programas, Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, RSPA) ressaltou que, embora a OPAS não tivesse adotado o GSM, seus dados do orçamento para programas estavam plenamente alinhados com os da OMS e cumpriam plenamente com seus requisitos de relatórios globais. Era esta a situação desde 2007, e continuaria a ser assim independentemente da opção a ser escolhida.

64. A Diretora afirmou que a OPAS estava produzindo e divulgando todas as informações requeridas pela OMS. Ainda era preciso ver se, após tal investimento enorme pela OMS, as informações geradas pelo GSM realmente serviriam aos propósitos da Organização. Para isso e por outras razões, ela havia decidido adotar um enfoque cauteloso ao GSM.

65. Um dos grandes problemas que a Repartição via com respeito à adoção do GSM relacionava-se com a compras pela OPAS de vacinas e outras provisões de saúde pública, uma vez que nem o Fundo Estratégico nem o Fundo Rotativo estariam cobertos no GSM e não havia nenhuma provisão para adaptar o sistema às necessidades específicas das regiões. Além disso, a política orçamentária da OPAS, que cobria um âmbito sub-regional e fornecia um modelo para alocar os recursos entre os países, não poderia ser conciliada com o GSM. Outro grande inconveniente se relacionava com o idioma. A OPAS estava comprometida em funcionar como uma organização multilíngue, mas o GSM atualmente funcionava somente em inglês. A região da África havia requerido o

desenvolvimento de uma versão francesa do GSM, mas a OMS não tinha orçamento para este trabalho. E, certamente, o sistema não estaria disponível em espanhol ou português.

66. Ela ressaltou que ninguém na RSPA havia dito que a Organização estaria plenamente integrada ao GSM até 2013. Para isso acontecer, uma decisão teria de ser tomada para mudar a governança e a natureza legal da OPAS. De fato, a OPAS como uma entidade separada desapareceria e o que restaria seria o Escritório Regional da OMS para as Américas. Esta não era uma decisão de que ela, como Diretora, poderia tomar. Teria que ser tomada pelos países-membros. O que havia sido no Comitê de Programa, Orçamento e Administração da OMS e em outros lugares era que OPAS “se integraria” até 2013, o que significava que a Repartição estaria fornecendo informação de acordo com os requisitos do GSM.

67. Depois das observações da Diretora, um membro do Subcomitê comentou que se tratava de uma questão difícil porque havia opiniões legítimas de todos os lados. Embora as dificuldades de execução pelas quais a OMS havia passado eram motivo de preocupação e parecia haver muitos desafios adiante para integrar essas regiões, era importante olhar por uma perspectiva de longo prazo. A OPAS precisava modernizar os seus sistemas. Não poderia continuar dependendo de improvisações indefinidamente. Independentemente do grau de incorporação ao GSM que fosse finalmente decidido, por causa do compromisso de se integrar até 2013, deveria ser elaborado um cronograma para cumprir com este prazo e, para fins de transparência, ser apresentado aos países-membros.

68. O dr. Gutierrez disse que a Repartição pretendia cumprir este prazo até 2013, embora de um ponto de vista técnico seria melhor que o sistema novo entrasse em funcionamento em 2014, o que marcaria o começo de um novo biênio e um novo Plano Estratégico. Os especialistas técnicos no comitê do CMS eram favoráveis a um enfoque escalonado, módulo a módulo, para a adoção do GSM. A OPAS estava genuinamente comprometida a trabalhar com a OMS, não apesar com a provisão de informações em um formato compatível com o GSM, mas também através do compartilhamento das experiências da OPAS com o seu próprio sistema. Ele tinha esperança de que a OMS enviaria um pequeno grupo de técnicos do GSM para trabalhar com as equipes da Repartição para avaliar conjuntamente os benefícios e as vantagens que o GSM poderia trazer à OPAS. O resultado de tal avaliação ajudaria a fundamentar a proposta a ser apresentada aos países-membros.

69. O Presidente expressou confiança de que a Repartição se mostraria à altura do desafio de integrar seu sistema ao da OMS, preservando ao mesmo tempo sua situação legal única e sua liderança na área de gestão baseada em resultados.

70. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Indicação de membros ao Comitê de Auditoria da Organização Pan-Americana da Saúde (Documento SPBA4/7 e SPBA4/7, Add. I)

71. A dra. Heidi Jiménez (assessora jurídica, RSPA) recordou que, em 2009, o 49º Conselho Diretor havia estabelecido um Comitê de Auditoria para servir de órgão consultivo independente, fornecendo assessoria sobre o funcionamento dos controles financeiros e estrutura de notificação da Organização, dos processos de gestão de risco e outros controles relacionados com auditoria. O termo de referência para o Comitê foi estabelecido na Resolução CD49.R2, que estava reproduzida em um anexo do Documento SPBA4/7. O Comitê era para ser formado por três membros indicados pelo Comitê Executivo.

72. De acordo com o mandato, exigia-se que a Diretora formulasse uma lista dos candidatos a ser apresentada ao Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração antes da sessão de junho do Comitê Executivo. A Diretora, portanto, havia contratado os serviços de uma firma de busca de executivos para ajudar a identificar os candidatos qualificados. Uma estratégia detalhada de divulgação havia sido elaborada, inclusive uma lista de contratação externa de 76 indivíduos que foram contatados para obter nomes dos candidatos em potencial. Anúncios foram colocados nas principais publicações impressas e on-line em todo mundo. Foi estabelecido um cronograma para cumprir com o prazo estabelecido para o processo de recrutamento. A data de encerramento para as candidaturas havia sido 25 de janeiro de 2010. A firma de busca havia recebido e triado 118 candidatos, dos quais havia identificado 32 que atendiam os requisitos. A Diretora havia selecionado seis candidatos dentre os 32 para apresentar para consideração pelo Subcomitê. Os currículos vitae detalhados dos seis candidatos haviam sido enviados aos membros do Subcomitê em torno de 1º de março de 2010.

73. Convidou-se o Subcomitê para tomar nota do relatório contido no Documento SPBA4/7 e considerar a lista de candidatos propostos e a documentação comprobatória, realizar uma avaliação a fundo dos candidatos e apresentar uma lista classificatória dos candidatos ao Comitê Executivo em junho.

74. O Subcomitê elogiou a Diretora e o seu pessoal pelo rigor e pela transparência do processo de identificação de candidatos qualificados. Por sugestão do Presidente, o Subcomitê formou um Grupo de Trabalho formado por representantes de Barbados, Bolívia e Guatemala para examinar as qualificações dos candidatos e formular uma lista classificatória. Enfatizou-se que, para fins de equidade de gênero, pelo menos um dos três candidatos no topo da lista deveria ser uma mulher.

75. O Grupo de Trabalho realizou duas reuniões, uma no dia 17 de março e outra no dia 18 de março, e estabeleceu uma lista classificatória de quatro candidatos. O presidente do Grupo de Trabalho (Barbados, representado pela dra. Joy St. John) explicou que o Grupo de Trabalho recomendou que os três primeiros candidatos da lista

fossem indicados, mas havia decidido incluir quatro candidatos na lista para que o Comitê Executivo escolhesse. A lista classificatória e uma descrição do procedimento seguido pelo Grupo de Trabalho para avaliação e classificação dos candidatos estava no relatório elaborado.

76. A Diretora, esclarecendo o procedimento para a indicação do Comitê de Auditoria, disse que a recomendação do Subcomitê seria encaminhada ao Comitê Executivo para decisão, junto com informação sobre os seis candidatos. Como um órgão soberano, o Comitê poderia decidir aceitar a recomendação do Subcomitê ou decidiria indicar os candidatos não incluídos na lista recomendada pelo Grupo de Trabalho. Ela também observou que os membros do Comitê de Auditoria estariam a serviço sem remuneração.

77. O Subcomitê agradeceu ao Grupo de Trabalho pela revisão cuidadosa dos candidatos e decidiu recomendar os seguintes quatro candidatos para consideração pelo Comitê Executivo, em ordem de preferência: (1) sr. Alain Gillette, (2) sr. Peter Maertens, (3) sra. Carman La Pointe e (4) sra. Amalia Lo Faso.

Assuntos administrativos e financeiros

Resumo do Relatório Financeiro do Diretor para 2008-2009 (Documento SPBA4/8, Rev. 1)

78. A sra. Sharon Frahler (gerente de área, Gestão de Recursos Financeiros, RSPA) apresentou um resumo do Relatório Financeiro do Diretor para o biênio de 2008-2009, ressaltando que as cifras que ela apresentaria ainda não havia sido auditadas e, portanto, deveria ser consideradas como preliminares. As cifras auditadas seriam apresentadas ao Comitê Executivo em junho.

79. A Organização havia recebido US\$ 94 milhões¹ em cotas de contribuição em 2009, em comparação a \$100 milhões em 2008 e \$113 milhões em 2007. A receita de fontes diversas havia totalizado \$16,1 milhões em 2008 e \$7,4 milhões em 2009, para um total durante o biênio de \$23,5 milhões, excedendo a cifra orçada de \$17,5 milhões. Durante 2008-2009, a OPAS havia recebido pouco mais de \$50 milhões e \$29 milhões, respectivamente, para a compra de provisões de saúde pública em nome dos países-membros através do Fundo Rotativo para a Compra de Vacinas e do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (o “Fundo Estratégico”). Os recursos financeiros para a compra das vacinas e seringas através do Fundo Rotativo haviam continuado a aumentar em 2008-2009, alcançando um total de \$666 milhões, que era quase 50% mais do que no biênio anterior. Os fundos de reserva da Organização haviam recebido um total de \$325 milhões em 2008-2009, 10% mais que no biênio

¹ A menos que indicado de outra forma, todas as cifras monetárias neste relatório são expressas em dólares dos Estados Unidos.

anterior. O financiamento para projetos financiados externamente foi superior a \$125 milhões e para projetos internos de governo foi pouco mais de \$175 milhões. Durante 2008-2009, a Organização havia implementado \$80,7 milhões da sua alocação da OMS, assim como quase \$64 milhões de fundos da OMS de outras fontes.

80. As cotas de contribuição para 2008-2009 haviam totalizado \$159 milhões. Ao todo, 26 países-membros haviam pagado integralmente suas cotas de 2009, sete efetuaram pagamentos parciais e seis não efetuaram o pagamento. Com a receita total de fontes diversas para o biênio de \$23,5 milhões, o orçamento ordinário para programas da Organização para o biênio havia sido plenamente financiado. O Fundo de Capital de Giro foi também financiado plenamente em \$20 milhões, seu limite máximo autorizado.

81. No debate que seguiu à apresentação do relatório da sra. Frahler, o Subcomitê expressou satisfação que a Organização havia concluído o biênio com um orçamento ordinário para programas plenamente financiado para o biênio, apesar das dificuldades econômicas e financeiras globais de anos recentes. Sugeriu-se que notas ou observações deveriam ser acrescentadas ao relatório financeiro, destacando tendências negativas em potencial na receita, para que as correções necessárias pudessem ser feitas.

82. Uma delegada perguntou qual era o nível de receita excedente esperado e assinalou que, se o excedente fosse pequeno ou inexistente, serviria como lembrete de que a Organização precisava ser o mais prudente possível com respeito ao uso dos fundos excedentes de 2006-2007 na conta tipo holding (ver parágrafos 107 a 119 abaixo). Ela também questionou se as demonstrações financeiras mostrariam as diferenças entre os tipos de contribuições voluntárias recebidas pela Organização. Outra delegada perguntou como os fundos recebidos pelo Fundo Rotativo repercutiam no orçamento ordinário, já que, como muitas contribuições voluntárias, eram destinados a finalidades específicas. Um terceiro delegado perguntou se a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) permitiria concluir a auditoria das contas da Organização mais rapidamente, para que no futuro o Subcomitê pudesse avaliar o relatório financeiro auditado.

83. A sra. Frahler disse que a Repartição esperava poder fornecer os relatórios financeiros auditados ao Subcomitê no futuro. Como as auditorias agora seriam realizadas todos os anos, e não a cada dois anos, deveria ser possível concluí-los mais rapidamente e portanto ter o relatório auditado pronto a tempo para que o Subcomitê possa examiná-lo em março. Isso não havia sido possível em 2010 por causa da ocasião da visita dos auditores externos à OPAS.

84. O escritório dela teria prazer de acrescentar as observações às demonstrações financeiras sobre tendências para cima ou para baixo nos recursos da Organização. Com respeito ao excedente, ela só poderia fornecer uma cifra certa depois que os auditores concluíssem o trabalho, mas ela poderia dizer que a quantia seria bem menor que o

excedente recebido no final do biênio 2006-2007. Recordando que os países-membros haviam aprovado um Regulamento Financeiro permitindo à Diretora transferir até \$2 milhões de excedente ao final de cada biênio ao Fundo Mestre de Investimentos de Capital sob sua autoridade e a solicitar autorização para transferir um adicional de \$2 milhões, ela disse que parecia que haveria um excedente suficiente para permitir ambas as transferências.

85. Com respeito aos diferentes tipos de contribuição voluntária e como eles seriam refletidos na demonstração financeira: a OPAS tinha quatro categorias. A primeira se relacionava a projetos externos, em que um governo contribuía com dinheiro para que a OPAS implementasse um projeto em outro país. A segunda categoria cobria os projetos internos, em que um governo dava verbas à OPAS para implementar um projeto dentro do próprio país. A terceira compreendia fundos recebidos de outras organizações internacionais para atividades de cooperação técnica, e a quarta, fundos recebidos de entidades privadas e públicas. Todas as contribuições voluntárias seriam discriminadas nas demonstrações financeiras por categoria, doador e projeto.

86. Quanto ao impacto dos diversos fundos e contribuições ao orçamento ordinário, ela explicou que, no caso dos fundos de compras, a RSPA arrecadava uma taxa administrativa de 3%, mas tudo era somado à capitalização dos respectivos fundos; nada era usado para pagar a administração. Como resultado, os custos administrativos e de pessoal associados a estes fundos às vezes tinham de ser cobertos fora do orçamento ordinário. Porém, as taxas que a RSPA cobrava pela administração de projetos internos e externos ajudava a custear estas despesas, reduzindo assim o impacto dos fundos de compras no orçamento ordinário.

87. A Diretora observou que a apresentação havia produzido algumas observações bastante valiosas e levantado algumas questões para séria consideração. Uma era o fato de que o Fundo Mestre de Investimentos de Capital não tinha orçamento próprio; ou melhor, era renovado somente com os saldos excedentes, se houvesse, ao final de um biênio. Esta situação implicava um risco: se um biênio terminava sem excedente, o Fundo poderia se esgotar, e não haveria maneira de pagar por projetos essenciais de infraestrutura e a compra de recursos de tecnologia.

88. Embora os países-membros houvessem aprovado sistematicamente, pelo menos, um pequeno aumento das cotas de contribuição no começo de cada biênio, em termos reais, a receita da Organização das cotas haviam permanecido praticamente constante por muitos anos, enquanto que os custos haviam subido de modo contínuo. A fim de lidar com esta situação, a RSPA havia cortado cerca de 20% de seus postos nos 15 últimos anos e buscado constantemente aumentar a eficiência e monitorar atentamente e controlar os custos. Havia sido possível “fazer mais com menos” em parte com maior uso de tecnologia da informação e comunicação, mas que por sua vez significava que teria de dispor dos recursos necessários para fazer os investimentos apropriados em tal

tecnologia, e tais investimentos eram financiados com verbas de fora do Fundo Mestre de Investimentos de Capital.

89. Como havia sido o caso nos últimos anos, os recursos da Organização haviam aumentado significativamente em duas áreas principais durante o biênio. A primeira área era a das compras. Auxiliar os países a obter vacinas e outras provisões essenciais era uma parte central da missão da OPAS, mas a administração dos fundos de compras implicava em um custo à Organização e, com o extraordinário crescimento nas atividades de compras havia alguns anos, este custo estava ficando insustentável. De fato, as atividades de compras da OPAS estavam sendo subsidiadas com fundos do orçamento ordinário alocados para as atividades de cooperação técnica. A Repartição estava portanto estudando a possibilidade de subir sua taxa administrativa de 3% para 3,5%, com o 0.5% a mais sendo usado para custear algumas das despesas relacionadas a compras.

90. A segunda área do crescimento era as contribuições voluntárias, que refletiam a confiança dos doadores no trabalho da OPAS. Porém, como a Região constava principalmente com países de renda média, não era uma meta prioritária para os doadores e, de fato, alguns doadores de longa data haviam recentemente retirado o seu apoio. Era provável que as contribuições voluntárias para projetos internos também teriam uma queda e as taxas administrativas das quais a OPAS extraía parte da sua receita operacional seriam também reduzidas. Era importante continuar a estar alerta contra tais tendências para poder responder no momento adequado e fazer os ajustes necessários ao orçamento e políticas da Organização.

91. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Situação da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) (Documento SPBA4/9)

92. A sra. Sharon Frahler (gerente de área, Gestão de Recursos Financeiros, RSPA) recordou que o 48º Conselho Diretor havia aprovado a fase inicial da transição para a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) em 2008 (Resolução CD48.R1) e havia examinado os marcos alcançados entre este ponto e o final de 2009. Ela em seguida informou que, em 2009, as mudanças propostas aos Regulamentos Financeiros e Normas de Gestão (em relação à acumulação de receita, reconhecimento de responsabilidades a longo prazo, capitalização e depreciação dos ativos fixos e auditorias externas anuais) haviam sido aprovadas pelos Órgãos Diretivos; valorizações atuariais profissionais das responsabilidades a longo prazo (em relação a direitos em caso de rescisão e seguro médico pós-seviço) haviam sido concluídas; os procedimentos para aplicar as IPSAS às contas da Organização haviam sido estabelecidos; um manual de contabilidade havia sido redigido; improvisações relevantes nos sistemas de computação (em relação à acumulação de receita, acumulação de gastos, e capitalização e depreciação de ativos fixos) haviam sido introduzidas; a política de

reconhecimento de despesas havia sido aplicada a todos os fundos da OPAS; o treinamento para as IPSAS em toda a organização havia sido concluído; os inventários da OPAS para venda haviam sido identificados e avaliações de “valor justo” para seu terreno e edifícios haviam sido feitas por especialistas.

93. O trabalho a ser completado em 2010 incluiria a finalização do manual de contabilidade; análise das relações legais com os diversos centros pan-americanos para determinar se eles atendiam à definição das IPSAS de uma entidade “controlada pela OPAS”; preparação pro forma das demonstrações financeiras até 30 de junho e 30 de setembro de 2010; reconhecimento de valorizações atuariais nas demonstrações financeiras por responsabilidade a longo prazo e coordenação da interpretação da RSPA das novas normas com o do auditor externo.

94. Ela também examinou as mudanças terminológicas e substantivas nas demonstrações financeiras que seriam resultado da implementação das IPSAS, explicando que eles refletiam a finalidade principal das IPSAS, a saber, dar uma indicação importante da saúde geral financeira de uma organização, como exemplificado na mudança de nome de “balanço geral” para “Demonstração da Situação Financeira”. Outros detalhes sobre as mudanças poderiam ser encontrados no Documento SPBA4/9.

95. O Subcomitê acolheu favoravelmente o relatório de progresso, que deu uma imagem clara da posição da Organização com relação à implementação das principais mudanças na contabilidade. Um delegado, observando que o prazo final para a transição da OPAS às IPSAS havia sido 1º de janeiro de 2010, perguntou por que não havia sido possível concluir todas as atividades necessárias e qual poderia ser a repercussão que o atraso poderia ter na implementação plena das novas normas contábeis. Ele também perguntou quando o novo manual de contabilidade estaria disponível.

96. Uma outra delegada perguntou qual era o período de acumulação da OPAS e se a provisão de demonstrações de desempenho de seis e nove meses seriam um requisito em curso ou aplicado somente no ano de transição de 2010. Ela também pediu mais esclarecimento sobre como as contas do CAREC e CFNI seriam administradas. Um outro delegado, observando que a mudança implicaria em diversos custos recorrentes, perguntou como poderiam repercutir na situação financeira da Organização e se tais encargos deveriam ser considerados fazer parte dos custos de implementação das IPSAS.

97. Um terceiro delegado questionou se havia possibilidade de os diversos centros da OPAS estarem em conformidade com as IPSAS nas suas notificações. Ele também desejava saber se a discussão em andamento com o Auditor Externo, referida no documento, poderia resultar na necessidade de trabalho adicional de auditoria que ainda não sido identificado. Ele perguntou qual era a proporção aproximada do orçamento original de \$300 mil para implementação das IPSAS que ainda restava para cobrir o custo do trabalho a ser feito em 2010 e se esta quantia seria suficiente.

98. Perguntas foram também feitas sobre planos para um novo sistema financeiro computadorizado, considerando a discussão com respeito à necessidade de compatibilidade com o Sistema de Gestão Global da OMS (ver parágrafos 55 a 70 acima).

99. A sra. Frahler disse que, embora a Assembleia Geral havia determinado que todos os organismos das Nações Unidas deveriam estar em conformidade com as IPSAS até 2010, de fato somente oito estariam. Haveria um número semelhante em 2011 e 2012, e não havia previsão de mudança nas Nações Unidas propriamente ditas até 2014 ou 2016. Portanto, a OPAS estava relativamente bem. Porém, algumas das tarefas requeridas não poderiam ser concluídas até 2010 (por exemplo, uma avaliação do patrimônio e bens de investimento em 2010). O manual de contabilidade das IPSAS estava cerca de 95% concluído, e havia sido uma versão preliminar ao Auditor Externo em novembro de 2009. Porém, mesmo que ainda não estivesse finalizado, o manual já estava sendo usado como referência à medida que surgiam dúvidas com respeito à implementação das novas normas.

100. Ela esclareceu que o período de acumulação era o período fiscal da Organização. Historicamente, a OPAS havia tido um período fiscal bienal, mas as IPSAS requeriam que fosse de um ano e assim o período de acumulação seria também de um ano. O requisito para preparar demonstrações financeiras pro forma aos seis e nove meses seria um evento único. Como as cifras das contas de 2010 seriam tão diferentes das de anos precedentes, havia sido sugerido pelo Programa Mundial de Alimentos, o único organismo das Nações Unidas a implementar as IPSAS até o presente, que a OPAS deveria preparar tais demonstrações provisórias para consideração pelo Auditor Externo para ter a confirmação dele de que a Organização estava rumando na direção correta e que não haveria nenhuma surpresa quando chegasse à auditoria no final do ano.

101. Com respeito aos custos recorrentes, alguns estavam relacionados apenas ao período de transição, mas outros prosseguiriam. A mudança de auditorias bienais para anuais, por exemplo, custaria aproximadamente um adicional de \$50 mil ao ano, e uma análise a fundo do valor do patrimônio da OPAS, a ser realizada a cada três anos, custaria cerca de \$20 mil, com análises menos profundas a um custo de cerca de \$10 mil a cada intervalo de dois anos.

102. Nos próximos seis meses, após discussões com o Auditor Externo e com o departamento jurídico da RSPA, a Organização decidiria definitivamente como administrar as contas dos centros. Se o CAREC e CFNI forem considerados em conformidade com as IPSAS, as suas contas seriam consolidadas com as da OPAS. Caso contrário elas seriam mantidas em separado, mas ainda assim seriam preparadas no formato das IPSAS.

103. Até o momento, pouco menos de \$200 mil do orçamento original para a implementação das IPSAS havia sido usado. Porém, a RSPA não havia contabilizado os custos adicionais dos auditores externos neste orçamento ou os custos de modificar os sistemas de computação, que haviam sido muito altos. O restante do orçamento seria gasto no próximo ano no trabalho dos especialistas em direito e avaliações do patrimônio, e seria necessário buscar fundos adicionais, possivelmente da ordem de \$20 mil.

104. A Repartição esperava implantar um novo sistema financeiro computadorizado para substituir o sistema originalmente instalado em 1993 e atualizado em 2003. Atualmente estavam sendo estudadas opções pelo respectivo departamento da RSPA. As diversas questões envolvidas para tornar o novo sistema compatível com o Sistema de Gestão Global estavam também sendo examinadas. Nesse ínterim, a OPAS estava fornecendo satisfatoriamente as informações necessárias para o GSM, embora o processo fosse às vezes bastante complicado.

105. A Diretora reconheceu o apoio que a Organização havia recebido dos países-membros no processo de mudança da sua metodologia contábil e o esforço e dedicação do pessoal da Organização ao realizar grande parte da transição em um prazo bem apertado. A mudança, embora difícil, resultaria em uma melhor compreensão da situação financeira da Organização e assim facilitaria enormemente a tarefa dos países-membros de decidir sobre o uso adequado dos recursos da OPAS.

106. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Atualização: Uso dos fundos da conta tipo holding (Documento SPBA4/10)

107. O sr. Román Sotela (assessor sênior, Administração de Orçamentos para Programas, Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, RSPA) recordou que a conta tipo holding havia sido criada para a receita excedente do orçamento ordinário de trabalho efetivo autorizado no final de 2006-2007. A conta tipo holding tinha originalmente cerca de \$25 milhões. Durante 2008, havia sido apresentada uma série de projetos para fazer melhor uso deste presente vindo do céu. Ele chamou a atenção à Tabela 2 no Documento SPBA4/10, a qual resumia 13 projetos aprovados, com os orçamentos originais e revistos e as quantias gastas até o presente.

108. Pediu-se ao Subcomitê que examinasse as mudanças propostas aos níveis de financiamento autorizados para 2010-2011 e que fizesse recomendações ao Comitê Executivo de acordo.

109. O Subcomitê em geral achou que havia informação insuficiente sobre os projetos para permitir fazer qualquer recomendação ao Comitê Executivo com respeito às mudanças propostas. Por exemplo, embora os perfis de projetos para os projetos 1.A, 1.B, e 3.A mostrava que uma parcela do orçamento aprovado original havia sido gasta, o

quadro de observações não fornecia informação sobre o que concretamente havia sido feito. No caso do projeto 2.A, um adicional de \$1,7 milhão estava sendo solicitado para o projeto, mas não havia nenhuma indicação de onde o financiamento extra poderia vir. No projeto 3.B, o orçamento não havia sido gasto, o que dificultava compreender como havia sido calculado o adicional de \$1 milhão que estava sendo solicitado.

110. O Subcomitê também achou que, visto que a taxa de execução de projetos era bastante baixa, mais explicação sobre os atrasos ou falta de progresso era necessária. Assinalou-se que, em alguns casos em que os projetos sob o Fundo Mestre de Investimentos de Capital eram identificados como necessitando de financiamento extra da conta tipo holding, as cifras fornecidas nos relatórios sobre o Fundo e a Conta não batiam.

111. Uma delegada perguntou se havia sido feita consideração sobre concentrar um tipo particular de projeto sob a conta tipo holding e um outro tipo sob o Fundo Mestre de Investimentos de Capital. Uma outra delegada perguntou como o projeto para o fortalecimento da informação de saúde pública seria coordenado com um trabalho muito semelhante que estava sendo realizado no Cone Sul, e ressaltou a importância de não duplicar o esforço. Uma terceira delegada sugeriu que a Tabela 2 deveria incluir um título breve para cada projeto, em vez de apenas apresentar o número deles.

112. O sr. Sotela concordou que era necessária maior coerência no detalhamento dado nos perfis de projetos, particularmente com respeito ao progresso feito, e disse que a Repartição forneceria estas informações no relatório a ser apresentado ao Comitê Executivo. Com a referência aos evidentes atrasos em alguns projetos, ele assinalou que a aprovação para se usar o excedente de 2006-2007 não havia sido dada até o final de 2008; como resultado, o relatório bienal de progresso efetivamente cobria o trabalho principalmente feito em 2009.

113. Em resposta à pergunta sobre consolidar tipos de projetos sob os dois fundos, ele observou que o Fundo Mestre de Investimentos de Capital era usado para projetos de infraestrutura que continuariam a ser necessários de maneira contínua, enquanto que a conta tipo holding – uma vez que o enorme excedente de 2006-2007 era único ou dificilmente ocorreria de novo – havia sido criada para financiar projetos grandes e únicos para os quais não havia outro financiamento. Em alguns casos, eles seriam projetos plurianuais para os quais financiamento parcial seria solicitado inicialmente e o restante seria pedido posteriormente.

114. O sr. Edward Harkness (gerente, Operações de Serviços Gerais, RSPA) disse que discrepâncias entre os documentos sobre a conta tipo holding e o Fundo Mestre de Investimentos de Capital eram devidas ao fato de terem sido escritas em ocasiões diferentes e o que havia sido escrito antes não havia sido atualizado para estar em

conformidade com o que foi escrito depois. Os números seriam reexaminados antes da sessão de junho do Comitê Executivo e seriam feitas as correções necessárias.

115. A sra. Fátima Marinho (Projeto Coordenador, Informações e análises de saúde, RSPA), em resposta à pergunta com respeito ao projeto sobre o fortalecimento dos sistemas de informação de saúde pública da OPAS (projeto 2.A), disse que a RSPA havia mantido discussões tanto no âmbito de país como no âmbito sub-regional para determinar como o seu trabalho em uma nova plataforma de informação de saúde poderia contribuir para os esforços de desenvolvimento de sistemas de informação de saúde em andamento no Cone Sul e na América Central. A Repartição estava também procurando harmonizar a plataforma regional com as de outras regiões e da Sede da OMS.

116. O dr. Ramón Martínez (Assessor técnico em métricas de saúde, PASB) explicou que a Organização havia coletado grande quantidade de dados de saúde ao longo dos anos, mas por diversos programas de maneira fragmentada e em formatos que nem sempre eram equivalentes. O objetivo do projeto era desenvolver uma plataforma que abordaria estes problemas, consolidar os dados em um único sistema e melhorar o acesso à informação de saúde. A nova plataforma incorporaria ferramentas analíticas modernas e rápidas que encurtariam enormemente o ciclo de acesso de dados, análise e produção de relatório. Ao permitir a integração dos sistemas de informação da OPAS com os dos países-membros, também facilitaria a transmissão de informações entre os países e a Repartição e entre os diferentes níveis administrativos nos países.

117. A Diretora observou que grande parte do dinheiro investido em infraestrutura de tecnologia da informação na Região havia sido desperdiçado porque havia sido prestada pouca atenção em como projetar sistemas de informação eficazes e como produzir informação de alta qualidade. Parte do problema havia sido falta de comunicação entre os técnicos e formuladores de políticas com respeito ao tipo de informação necessária. Além disso, haviam falhado em adotar definições e parâmetros comuns para os dados, que eram essenciais em um mundo globalizado no qual os governos tinham de notificar os dados de saúde de modo padronizado. Senão seria impossível para os países partilhar e comparar informação. Com o projeto 2.A, a OPAS estava procurando ajudar os países-membros a resolver estes problemas e assegurar que os seus sistemas de informação fossem compatíveis com os de outros países e que eles estavam produzindo informações de saúde comparáveis.

118. Para que o Subcomitê pudesse fazer recomendações ao Comitê Executivo com respeito às mudanças propostas nos níveis de financiamento para os diversos projetos, ela propôs que deveria ser dado um período de duas semanas, durante o qual a Repartição forneceria as informações necessárias sobre os motivos para a solicitação de somas adicionais, resolveria discrepâncias financeiras entre os diversos documentos e reuniria outras informações que o Subcomitê precisasse. Os membros poderiam então examinar as informações e, se necessário, consultariam especialistas técnicos no âmbito nacional e,

posteriormente, o Subcomitê realizaria outra discussão e faria uma recomendação sobre o item por via eletrônica. Ela propôs que esta discussão fosse realizada quatro semanas após o fim da sessão do Subcomitê.

119. O Subcomitê concordou em proceder como a Diretora havia proposto.

120. A Repartição estabeleceu um espaço de colaboração virtual por meio de um portal eletrônico para que os Membros do Subcomitê possam apresentar recomendações. As recomendações recebidas serão refletidas no documento a ser submetido à consideração do Comitê Executivo em sua 146ª sessão.

Assuntos do pessoal

Emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA (Documento SPBA4/11)

121. A sra. Nancy Machado (assessora de Recursos Humanos, RSPA) explicou que as emendas propostas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal se classificaram em duas categorias amplas: emendas consideradas necessárias para manter a uniformidade com as políticas e práticas de recursos humanos no regime comum das Nações Unidas e emendas consideradas necessárias em vista da experiência e no interesse da boa gestão dos recursos humanos. Entre as emendas da primeira categoria estavam as relacionadas a mudanças na remuneração do pessoal nas categorias profissionais e superiores e do pessoal em postos sem classificação e do Diretor; elas estavam sendo propostas em conformidade com as recomendações pela Comissão de Administração Pública Internacional. As emendas na segunda categoria se relacionavam com a remuneração em caso de rescisão para funcionários de nível profissional de contratação nacional, mudanças nas regras e regulamentações para recrutamento para assegurar que fossem considerados princípios de diversidade e inclusão; eliminação da categoria de nomeação “quando efetivamente empregado” (WAE) e regulamento relacionado; licença-paternidade para pessoal provisório; e incorporação no regulamento do pessoal de uma definição do que constituía uma “ação final” para fins de apelações internas.

122. O Subcomitê tomou nota das emendas propostas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal e ao projeto de resolução do Comitê Executivo contido no Documento SPBA4/11.

Reforma contratual na OPAS (Documento SPBA4/12)

123. A sra. Nancy Machado (assessora de Recursos Humanos, RSPA) fez uma atualização da execução da reforma contratual na OPAS e no sistema das Nações Unidas como um todo. Ela recordou que, em 2007, a Repartição havia proposto várias mudanças no Regulamento do Pessoal de modo a implementar uma estrutura contratual revista compreendendo três tipos de contratos: de prazo fixo, contínuo e temporário. A proposta havia sido aprovada, mas a implementação dependia da aprovação de uma estrutura

contratual semelhante para o regime comum das Nações Unidas. A Assembleia Geral das Nações Unidas havia aprovado a nova estrutura em 2008, e contratos temporários e de prazo fixo haviam sido executados em 2009, mas a Assembleia Geral havia solicitado às organizações das Nações Unidas que não implementassem contratos contínuos até que algumas das questões tivessem sido resolvidas. Uma reunião do pessoal e da gerência das Nações Unidas seria realizada em 2010 para examinar como tais contratos poderiam ser implementados no sistema das Nações Unidas.

124. No debate que seguiu, assinalou-se que o relatório não continha informação sobre o progresso da OPAS para a implementação de contratos de prazo fixo e temporários e se pediu à Repartição que incluísse tal informação no relatório a ser apresentado ao Comitê Executivo.

125. A sra. Machado disse que a OPAS vinha usando contratos de prazo fixo e temporários por muitos anos. Algumas mudanças haviam sido introduzidas recentemente que aproximaram a Organização para um maior alinhamento com o restante do sistema das Nações Unidas e também haviam facilitado o planejamento e gestão dos recursos humanos. Informação nesse sentido estaria incluída no documento para o Comitê Executivo.

126. A Diretora disse que a Repartição também forneceria uma atualização das recentes mudanças com respeito aos contratos de pessoal local.

127. O Subcomitê tomou nota do relatório de progresso.

Assuntos para informação

Versão preliminar da agenda provisória para a 146ª sessão do Comitê Executivo (Documento SPBA4/INF/1, Rev. 1)

128. A sra. Piedad Huerta (assessora, Escritório dos Órgãos Diretivos, OPAS) apresentou a versão preliminar da agenda provisória para a 146ª Sessão do Comitê Executivo (contida no Documento SPBA4/INF/1, Rev. 1). Ela recordou que a 145ª Sessão do Comitê Executivo havia aprovado uma lista dos tópicos para consideração pelos Órgãos Diretivos em 2010 (Documento CE145/FR, Anexo C). A Repartição posteriormente havia realizado uma análise interna desta lista e gostaria de recomendar que a consideração de quatro itens fosse prorrogada até 2011. Estes itens eram: “Documento conceptual sobre Grupo Étnico, Interculturalidade e Equidade na Saúde”, “Estratégia e Plano de Ação para Enfoques Individuais e Populacionais para a Prevenção e o Controle de Doenças Cardiovasculares”, “Documento Conceptual sobre a Cooperação Sul-Sul,” e “Estrutura de Desenvolvimento Organizacional e Institucional da OPAS”.

129. Com respeito aos três primeiros itens, estavam sendo organizadas consultas com os especialistas nos países-membros para aprimorar os respectivos documentos e não

haveria tempo suficiente para finalizar este processo antes da sessão de junho do Comitê Executivo. Quanto à Estrutura de Desenvolvimento Organizacional e Institucional da OPAS, a Repartição havia pretendido apresentar somente os termos de referência em 2010, mas havia decidido que seria preferível adiar a consideração do item até 2011 para que pudesse apresentar uma proposta mais completa para discussão pelos Órgãos Diretivos.

130. O item “Emendas ao Regulamento Financeiro” foi retirado do programa porque se determinou que não seria necessária nenhuma emenda em 2010. “Atualização: uso dos fundos da conta tipo holding” havia sido transferido de Assuntos para Informação a Assuntos Administrativos e Financeiros, visto que esse item requeria ação pelo Comitê. O título do item “Instituições nacionais que participam da cooperação técnica em Saúde da OPAS/OMS e seu Papel na Cooperação Centrada no País” foi encurtado para “Instituições nacionais que participam da cooperação técnica da OPAS/OMS” e poderia ser ainda modificado mais após uma análise dos antecedentes atualmente em curso. Por fim, um item havia sido acrescentado, “Análise dos centros pan-americanos”, para o cumprimento do mandato da Repartição de apresentar relatórios periódicos sobre a situação dos centros.

131. O Subcomitê expressou concordância geral com as emendas propostas à agenda provisória. Vários membros expressaram preocupação com o grande número de itens em Assuntos para Informação e incentivaram a Repartição a buscar maneiras de reunir estes itens e simplificar sua consideração. Foi sugerido que os itens intitulados “Saúde, Segurança Humana e Bem-Estar” (item 4.9) e “Saúde e Direitos Humanos” (4.13) poderiam ser combinados em um único item para reduzir o número de itens de Política de Programas. Foi pedido esclarecimento com respeito ao conteúdo do item sobre as instituições nacionais de cooperação técnica (item 4.4), a estratégia para reduzir o abuso de substâncias (item 4.5) e o relatório sobre os centros pan-americanos (item 7.4). Com relação ao item intitulado “Desenvolvimento de Competência dos Profissionais da Saúde nos Sistemas de Saúde baseados em Atenção Primária” (item 4.8), destacou-se a importância da competência cultural e a capacidade de tratar eficazmente com a diversidade cultural, e insistiu-se para que a Repartição assegurasse que o documento sobre o item desse a devida atenção a este aspecto da competência dos profissionais da saúde.

132. A sra. Huerta disse que o seu escritório estava realizando, em colaboração com a Unidade de Gênero, Grupo Étnico e Saúde, uma análise da documentação dos Órgãos Diretivos para assegurar que todos os documentos refletissem uma perspectiva intercultural. Com respeito aos itens sob Assuntos para Informação, ela observou que a maioria era relatórios de progresso determinados por resoluções dos Órgãos Diretivos. Os relatórios consistiam de, no máximo, duas páginas cada um e não se faziam apresentações orais durante a sessão do Comitê Executivo. Como eram itens para informação apenas, não seria requerido nenhuma resolução nem outra ação pelo Comitê.

133. A dra. Maristela Monteiro (assessora sênior, Álcool e Abuso de Substâncias, RSPA), em resposta à pergunta com respeito à estratégia para a redução do abuso de substâncias, explicou que a estratégia seria uma proposta para um enfoque de saúde pública fundamentado cientificamente para a prevenção e tratamento do abuso de substâncias na atenção primária à saúde. Seriam fornecidas diretrizes para o trabalho da OPAS em colaboração com outros organismos, como o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC) e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), em problemas relacionados ao abuso de substâncias.

134. A Diretora esclareceu que a estratégia não abordaria o uso prejudicial do álcool, que era o tópico de outra estratégia atualmente sendo elaborada na OMS. Ela também observou que a questão do abuso de substâncias não havia sido discutida pelos Órgãos Diretivos da OPAS em mais de 20 anos. A OPAS por muito tempo havia dado assessoria à CICAD nos aspectos de saúde pública do problema e a Repartição desejava informar países-membros e receber orientação deles sobre suas atividades nesse sentido.

135. Quanto à possibilidade de combinar os itens 4.9 e 4.13, ela explicou que eles tratavam de dois assuntos diferentes. “Saúde, Segurança Humana e Bem-estar” estava relacionado aos vínculos entre a saúde, segurança humana e desenvolvimento humano. O outro item, “Saúde e Direitos Humanos”, tinha a ver com a relação entre os direitos humanos e a saúde em acordos internacionais que eram obrigatórios para as partes dos Estados, e como a OPAS refletia o enfoque dos direitos humanos no seu trabalho em saúde pública e na qualidade de organismo assessor em assuntos de saúde para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Com respeito ao item “Instituições nacionais que participam da cooperação técnica da OPAS/OMS”, ela explicou que havia diversas instituições no âmbito nacional, inclusive universidades e institutos de saúde pública, que não eram nem centros colaboradores da OMS nem centros nacionais de referência, mas eram centros de excelência que poderiam dar uma contribuição valiosa à cooperação técnica. A OPAS havia trabalhado com tais instituições por alguns de anos, mas nunca havia estabelecido critérios para identificá-los formalmente como parceiros de cooperação técnica. Era importante fazê-lo, particularmente na estrutura da gestão baseada em resultados, pois muitas destas instituições estavam realizando atividades de cooperação com recursos transferidos da OPAS (ver discussão sobre cartas de acordo no parágrafos 38 a 54 acima).

136. Com respeito ao relatório sobre os centros pan-americanos, ela recordou que quando os centros foram criados nos anos sessenta, os Órgãos Diretivos solicitaram à Repartição que informasse periodicamente sobre a situação deles e suas atividades. O relatório a ser apresentado ao Comitê Executivo em junho conteria uma atualização do processo de separação administrativa do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá (INCAP) da OPAS, a criação do Organismo do Caribe de Saúde Pública (CARPHA) e as conseqüentes mudanças nos dois centros pan-americanos do Caribe (Instituto Caribenho de Alimentação e Nutrição e Centro de Epidemiologia do Caribe),

mudanças na governança do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e a transição do Centro Pan-Americano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente (CEPIS) a uma unidade técnica regional.

137. Ela propôs que um período de aproximadamente um mês deveria ser dado para finalizar a agenda. Durante este período, o Subcomitê poderia enviar suas observações por via eletrônica sobre a agenda e o conteúdo dos documentos sobre os diversos itens.

138. O Subcomitê concordou em prosseguir com as discussões da agenda e dos documentos por via eletrônica até 15 de abril de 2010.

139. Durante o período de consulta por meio do portal de colaboração virtual, os Membros do Subcomitê expressaram sua preocupação com o grande número de temas a serem tratados durante o Comitê Executivo e recomendaram transferir o tema de “Saúde, segurança humana e bem-estar” e o de “Saúde e direitos humanos” para a seção de assuntos relativos a informação geral na agenda correspondente, com a finalidade de tornar mais eficiente o desenvolvimento temático.

140. A Diretora explicou que, por se tratar de documentos conceituais, não entravam na categoria de documentos informativos, mas a Repartição tomaria as medidas necessárias para que todos os documentos do tipo relatório de progresso fossem apresentados de maneira concreta e eficiente para garantir que se atribua um tempo suficiente aos temas sobre os quais é preciso tomar uma decisão ou aprovar uma resolução.

141. Os Membros do Subcomitê se mostraram satisfeitos com a proposta.

Fundo Mestre de Investimentos de Capital (Documentos SPBA4/INF/2 e SPBA4/INF/2, Add. I)

142. O sr. Michael Boorstein (diretor de Administração, RSPA) recapitulou a história do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e o processo para renová-lo, ambos descritos no Documento SPBA4/INF/2. O documento mostrava que os dois primeiros anos de experiência com o Fundo haviam sido benéficos à Organização tanto em termos de fazer investimentos para edifícios e equipamentos e necessidades na área de tecnologia da informação como de fornecer capacidade de contingência para lidar com as ocorrências não planejadas, como os terremotos no Haiti e no Chile, que haviam causado danos às instalações da OPAS. Ele assinalou que, em algum momento, a questão da sustentabilidade do Fundo teria de ser abordada, em particular se em futuros biênios não deveria haver receita excedente em relação ao gasto, o que impossibilitaria repor o Fundo e teria consequências para a capacidade da OPAS de manter e melhorar suas instalações e a área de tecnologia da informação. Como havia sido indicado no resumo do Relatório Financeiro do Diretor para 2008–2009 (ver parágrafos 78 a 91 acima), a quantia do

excedente potencialmente disponível para repor o Fundo em 2010 ainda precisava ser determinada.

143. Na discussão que se seguiu, os membros do Subcomitê afirmaram que o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e os seus dois subfundos constituíam um meio sólido de financiar os investimentos necessários em infraestrutura e recomendavam a aprovação da solicitação da Diretora para a transferência um adicional de \$2 milhões do excedente de 2008–2009, uma vez que o excedente havia sido confirmado.

144. Porém, alguns delegados eram de opinião que uma análise mais detalhada do trabalho em alguns dos projetos sob o Fundo era necessária. Em particular, em vários casos não havia indicação clara de quanto dinheiro havia sido gasto, em comparação ao que havia sido orçado. Assinalou-se que tal informação ajudaria os países-membros a entender o que havia sido feito até o presente e decidir quais projetos deveriam ser levados adiante no futuro. Uma delegada sugeriu que seria útil ter uma visão plena dos projetos de tecnologia da informação financiados pelo Fundo Mestre de Investimentos de Capital, dos financiados pela conta tipo holding e do trabalho sendo proposto para atualizar o Sistema de Gestão Institucional da RSPA, em vez de avaliar estes projetos sob três tópicos separados. Uma outra delegada observou que não parecia ser muito trabalho analisar ou aperfeiçoar a segurança física das dependências da OPAS e pediu informação sobre os planos da Repartição nesse sentido. Solicitou também informação sobre os danos à infraestrutura causados pelos terremotos no Haiti e Chile.

145. Uma terceira delegada, referindo-se ao comentário do sr. Boorstein sobre sustentabilidade, que refletia uma observação semelhante feita pela Diretora durante o resumo de seu relatório financeiro (ver parágrafo 87 acima), perguntou se a Diretora desejava que o Subcomitê ou o Comitê Executivo explorasse maneiras de abordar esta questão.

146. O sr. Edward Harkness (gerente, Operações de Serviços Gerais, RSPA), em resposta à solicitação de mais detalhes sobre os projetos, mencionou vários projetos e seus custos e prometeu fornecer informação mais detalhada e abrangente posteriormente na reunião (subseqüentemente fornecida como Documento SPBA4/INF/2, Add. I) e fazer o mesmo nos relatórios futuros sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital. Ele informou que cerca da metade do valor orçado para o biênio havia sido gasto. A execução de alguns projetos estava atrasada por diversas razões, inclusive transferências de pessoal dentro de RSPA, mudança de prioridades em algumas representações nos países e, no caso de projetos envolvendo transferência para outro local, o fato de que o respectivo governo ainda não havia encontrado um edifício apropriado. Havia sido decidido postergar a reforma dos elevadores no edifício da Sede até que estivesse finalizado o serviço no telhado.

147. Ele explicou que o trabalho para deixar as dependências em conformidade com as Normas da Segurança Operacionais Mínimas de Nações Unidas estava sendo financiado com a conta tipo holding, sendo que uma quantia de \$300 mil havia sido reservada para esta finalidade e estava sendo distribuída pelo seu departamento conforme necessário. Além disso, alguns projetos de segurança estavam sendo considerados com o uso do subfundo do Fundo Mestre de Investimentos de Capital para os edifícios e equipamentos, em particular para aspectos da segurança estrutural como uma película contra estouro para os vidros das janelas.

148. O sr. Boorstein acolheu favoravelmente a ideia de avaliar um resumo integral de toda a área de tecnologia da informação. Com respeito à pergunta sobre os danos do terremoto, ele disse que a parte mais antiga do edifício da OPAS no Haiti havia sofrido alguns danos, mas que poderiam ser reparados e reocupados. A parte nova do edifício havia resistido bem melhor. Porém, as Nações Unidas, em conjunto com o governo do Haiti, estavam realizando um levantamento geológico para determinar a vulnerabilidade de diversas áreas a futuros terremotos. O governo teria de decidir quais medidas tomar nas zonas mais propensas a terremotos e, até que isso fosse esclarecido, a OPAS não reocuparia o edifício. Havia sido retirados equipamentos valiosos como computadores e a OPAS estava atualmente funcionando em instalações temporárias no depósito do Programa Haitiano para Medicamentos Essenciais e Provisões (PROMESS), que no entanto estava também em uma zona de alto risco. A situação era muito complexa, com considerações de custo e questões envolvendo a vida e a segurança das pessoas, e levaria tempo para ser resolvida.

149. As dependências no Chile, propiciadas pelo Ministério da Saúde, também haviam sofrido danos, mas a avaliação inicial de engenharia indicou que não haveria risco em reocupá-las. Porém, no interesse a longo prazo da Organização, deveriam ser buscadas dependências alternativas e um possível novo local estava atualmente sendo avaliado.

150. A Diretora informou que ela havia visitado as zonas de desastre em ambos os países e havia visto em primeira mão os danos causados às instalações da OPAS, as difíceis condições de trabalho do pessoal e, é claro, o sofrimento da população local. No caso do Chile, o edifício não havia sofrido danos sérios, mas mesmo antes do terremoto não cumpria com todos os requisitos de segurança. O governo do Chile havia concedido à OPAS um local havia vários anos, na área do complexo ocupado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), e fundos haviam sido alocados para estudos arquitetônicos para um novo edifício, mas a construção ainda não havia começado, em parte por causa da recente troca de governo. No Haiti, além de se transferir para a instalação do PROMESS, a OPAS também havia alugado um espaço em hotel, como escritórios e acomodação temporária para parte do pessoal que havia perdido suas casas.

151. Ela acrescentou que a Organização possuía uma política de longa duração e quesitos de segurança tinham de ser incluídos no programa de trabalho de cada escritório e centro da OPAS. Todas as dependências foram avaliadas e muitas das melhorias que tiveram de ser realizadas foram incorporadas ao financiamento necessário para cada uma das representações nos países. No caso de o financiamento não ser suficiente, então recursos eram retirados da conta tipo holding, como o sr. Harkness havia mencionado. Quando a OPAS concordava em realizar um projeto, como uma campanha de vacinação, em áreas onde havia problemas de segurança, os custos resultantes eram cobrados da entidade de financiamento como um elemento dos custos reais para realizar o projeto. A questão foi discutida abertamente com os doadores, que não manifestaram nenhuma objeção. A OPAS havia verificado que era mais transparente e, em última análise, menos dispendioso planejar e prever gastos de proteção e segurança desde o princípio, em vez de ter de encontrar uma maneira de pagar por eles depois que uma atividade já estava em andamento.

152. Voltando à questão da sustentabilidade do financiamento para projetos de infraestrutura e funções facilitadoras, ela disse que algumas ideias seriam exploradas no ano seguinte, como parte da avaliação da Política Orçamentária Regional para Programas. Uma destas ideias, por exemplo, poderia ser alocar uma parcela dos custos dos postos para cobrir a infraestrutura, garantias, tecnologia e outras necessidades associadas a cada posto.

153. O Subcomitê tomou nota do relatório e recomendou que o Comitê Executivo aprovasse a transferência de \$2 milhões da receita excedente em relação aos gastos do Orçamento Ordinário para Programas de 2008–2009 para o Fundo Mestre de Investimentos de Capital, sujeita à comprovação da quantia deste excedente pelo Auditor Externo.

Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos da OPAS (Documento SPBA4/INF/3)

154. O sr. Philip MacMillan (gerente, Escritório de Ética, RSPA) recordou que as políticas e recursos da RSPA na área da ética, integridade e gestão de conflitos haviam sido elaborados ao longo de vários anos, e agora incluíam um Código de Princípios Éticos e de Conduta, um programa de combate ao assédio no local de trabalho, um programa de declaração de interesses e um programa de sigilo e divulgação. Vários escritórios e entidades estavam envolvidos na área, como o ombudsman, o Escritório de Ética, o Escritório do Assessor Jurídico e a Associação do Pessoal. Juntos, todos estes componentes constituíam o Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos. Detalhes eram dados no Documento SPBA4/INF/3.

155. Em outubro de 2007, a RSPA havia estabelecido um website dedicado ao Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos para dar orientação ao pessoal sobre como resolver conflitos e tratar de questões de ética. O site listava todos os recursos, suas funções, nível

de autoridade e nível de sigilo, para que o pessoal pudesse saber desde o princípio qual era o mais apropriado para tratar de uma situação em particular.

156. Um comitê coordenador para o Sistema se reunia periodicamente para discutir questões de interesse dentro da Organização. Um exemplo era a discussão recentemente concluída sobre a proteção para funcionários que informavam sobre má conduta ou cooperaram em uma investigação ou auditoria.

157. O Subcomitê recebeu favoravelmente o sólido programa da OPAS para abordar questões relativas a ética, integridade e gestão de conflitos e questionou se outros organismos das Nações Unidas haviam adotado um enfoque semelhante para reunir questões diversas, mas relacionadas, em um único sistema. Um membro do Subcomitê perguntou se foi dada orientação aos funcionários para ajudá-los a escolher o melhor ponto de entrada no Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos ou se ficava a cargo do funcionário tomar uma decisão por conta própria. Um outro membro pediu esclarecimento sobre como o Sistema estava estruturado e era coordenado e informação sobre os resultados da análise da administração do sistema de justiça solicitado pela Diretora (mencionado no parágrafo 10 do documento).

158. O sr. MacMillan respondeu que parecia que a RSPA era a única a combinar integridade e gestão de conflitos em um único sistema. O pressuposto que servia de base para o Sistema era de que um local de trabalho caracterizado pelo comportamento ético teria menos conflitos. Algumas outras organizações internacionais haviam contatado a RSPA para saber mais sobre este enfoque. Ele tinha esperança de que uma rede de escritórios de ética poderia ser estabelecida em todo o sistema das Nações Unidas para partilhar informação e boas práticas.

159. A intenção do website era assegurar que o pessoal tivesse flexibilidade para contatar qualquer um dos recursos como primeira opção. Considerava-se importante que o pessoal pudesse ter inicialmente acesso ao Sistema em qualquer nível que lhes parecessem mais adequado, embora o contato inicial pudesse depois, com o consentimento do funcionário, passar o assunto a um recurso diferente dentro do Sistema. Por exemplo, se um funcionário entrasse em contato com o ombudsman sobre um ato criminoso, mas depois decidia não levar o assunto adiante, o ombudsman era obrigado a respeitar a vontade do funcionário e manter o assunto confidencial, mas o funcionário seria aconselhado a informar o assunto ao Escritório de Ética. Se, por outro lado, o funcionário inicialmente entrasse em contato com o Escritório de Ética, este tinha obrigação de investigar a suposta falta, mesmo que o funcionário decidisse não levar o assunto adiante. Portanto, era importante que o pessoal compreendesse a função de cada recurso no Sistema e estivesse a par do nível de sigilo, autoridade e capacidade de tomada de decisão de cada recurso. A coordenação do Sistema era de responsabilidade do comitê coordenador, integrado pelo Assessor Jurídico, Gerente dos Recursos Humanos e si próprio. O comitê se reunia regularmente para avaliar a operação do Sistema.

160. No que se referia à análise do sistema para administração da justiça, havia tido diferenças de opinião dentro do grupo que havia realizado a análise, em particular quanto ao papel e composição do Comitê de Apelação. Uma proposta seria enviada à Diretora para a decisão dela sobre o futuro da administração da justiça, em geral, e o assunto do Comitê de Apelação, em particular. Aguardava-se uma decisão final quando o Comitê Executivo se reunisse em junho.

161. A Diretora recordou que o trabalho da Repartição nesta área havia surgido de recomendações do Grupo de Trabalho para a OPAS no século XXI e da Iniciativa de Responsabilidade e Transparência das Nações Unidas, que se relacionava não apenas ao dinheiro e patrimônio mas, de modo mais geral, ao comportamento ético dentro do sistema das Nações Unidas. O estabelecimento do Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos havia sido principalmente um projeto interno, usando recursos humanos de dentro da RSPA. Diante dos recentes cortes de pessoal, a Repartição havia aberto espaço para esses novos postos ao remanejar os recursos e mudar o perfil de outros cargos em outras áreas da Organização. Com os diversos componentes do Sistema haviam surgido em diferentes momentos, era necessário, na sua opinião, avaliar como todos os componentes se ajustavam e se havia uniformidade e equidade em todo o Sistema. Foi por esse motivo que ela havia solicitado a análise da administração da justiça.

162. A RSPA havia desenvolvido um curso de treinamento muito bom, usando exemplos e estudos de casos, com o objetivo de criar uma cultura de ética e integridade na Organização e preparar o pessoal para lidar com questões de ética. O pessoal estava sendo incentivado a utilizar os recursos do Sistema e via-se um aumento no número de pedidos de orientação, que ela acreditava foi ser um avanço positivo: supostamente, à medida que crescesse o número de consultas, diminuiria o número de transgressões éticas.

163. O Subcomitê elogiou a Repartição pelo progresso feito para fortalecer a ética e integridade na OPAS e tomou nota do relatório.

Outros assuntos

164. A Diretora anunciou que a Semana de Vacinação nas Américas começaria no dia 22 de abril e expôs os eventos de lançamento planejados em vários países da Região.

Encerramento da sessão

165. Após a troca habitual de cortesias, o Presidente deu por encerrada a Quarta Sessão do Subcomitê.

EM TESTEMUNHO DO QUAL, o Presidente do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração, delegado de São Vicente e Granadinas e a secretária *ex officio*, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana, assinaram o presente Relatório Final no idioma inglês.

REALIZADO em Washington, D.C., Estados Unidos, neste dezoito dia de março do ano de dois mil e dez. A Secretária depositará o documento original assinado nos Arquivos da Repartição Sanitária Pan-Americana.

Douglas Slater
Delegado de São Vicente e Granadinas
Presidente da Quarta Sessão do
Subcomitê para Programas,
Orçamento, e Administração

Mirta Roses Periago
Diretora da
Repartição Sanitária Pan-Americana
Secretária *ex officio* da Quarta Sessão
do Subcomitê para Programas,
Orçamento, e Administração

AGENDA

1. ABERTURA DA SESSÃO

2. ASSUNTOS PROCEDIMENTAIS

- 2.1 Eleição do Presidente, Vice Presidente, e Retatora
- 2.2 Aprovação da agenda e programa de reuniões

3. ASSUNTOS RELATIVOS À POLÍTICA DE PROGRAMAS

- 3.1 Avaliação de fim do biênio de Programas e Orçamento
2008-2009/Relatório intermediário do Plano Estratégico 2008-2012
- 3.2 Avaliação da Política Orçamentária Regional para Programas
- 3.3 Organizações não governamentais que mantêm relações oficiais
com a OPAS
- 3.4 Estrutura de gestão baseada em resultados da OPAS
- 3.5 Modernização do sistema de gestão institucional da RSPA
- 3.6 Indicação de membros ao Comitê de Auditoria da
Organização Pan-Americana da Saúde

4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

- 4.1 Resumo do Relatório Financeiro do Diretor para 2008-2009
- 4.2 Situação da implementação das Normas Internacionais de
Contabilidade do Setor Público (IPSAS)
- 4.3 Atualização: Uso dos fundos da conta tipo holding

5. ASSUNTOS DO PESSOAL

- 5.1 Emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA
- 5.2 Reforma contratual na OPAS

6. ASSUNTOS PARA INFORMAÇÃO

- 6.1 Versão preliminar da agenda provisória para a 146ª sessão do Comitê Executivo
- 6.2 Fundo Mestre de Investimentos de Capital
- 6.3 Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos da OPAS

7. OUTROS ASSUNTOS

8. ENCERRAMENTO DA SESSÃO

LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos de Trabalho

SPBA4/1, Rev. 2	Aprovação da agenda e programa de reuniões
SPBA4/2, Rev. 1	Avaliação de fim do biênio de Programas e Orçamento 2008-2009/Relatório intermediário do Plano Estratégico 2008-2012
SPBA4/3, Rev. 1	Avaliação da Política Orçamentária Regional para Programas
SPBA4/4	Organizações não governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS
SPBA4/5, Rev. 2	Estrutura de gestão baseada em resultados da OPAS
SPBA4/6, Rev. 1	Modernização do sistema de gestão institucional da RSPA
SPBA4/7	Indicação de membros ao Comitê de Auditoria da Organização Pan-Americana da Saúde
SPBA4/8, Rev. 1	Resumo do Relatório Financeiro do Diretor para 2008-2009
SPBA4/9	Situação da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS)
SPBA4/10	Atualização: Uso dos fundos da conta tipo holding
SPBA4/11	Emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA
SPBA4/12	Reforma contratual na OPAS

Documentos de informação

SPBA4/INF/1, Rev. 1	Versão preliminar da agenda provisória para a 146 ^a sessão do Comitê Executivo
SPBA4/INF/2 and Add. I	Fundo Mestre de Investimentos de Capital
SPBA4/INF/3	Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos da OPAS

LISTA DE PARTICIPANTES
LISTA DE PARTICIPANTES

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ

BARBADOS

Dr. Joy St. John
Chief Medical Officer
Ministry of Health
Jemmotts Lane
St. Michael

BOLIVIA

Lic. Fernando Rivera
Director de Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud y Deportes
La Paz

CUBA

Dr. Antonio Diosdado
González Fernández
Jefe del Departamento de Organismos
Internacionales
Ministerio de Salud Pública
La Habana

GUATEMALA

Dr. Guillermo Echeverría
Viceministro Administrativo
Ministerio de Salud Pública
y Asistencia Social
Ciudad de Guatemala

MEXICO/MÉXICO

Lic. Ana María Sánchez
Directora de Cooperación Bilateral
y Regional
Dirección General de Relaciones
Internacionales
Secretaría de Salud
México, D.F.

MEXICO/MÉXICO (cont.)

Lic. Karen Aspuru Juárez
Subdirección de Gestión Interamericana
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Marevna García Arreola
Jefa del Departamento de
Cooperación Internacional
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Ever Osorio Ruiz
Asistente Administrativo
Secretaría de Salud
México, D.F.

Sra. Flor de Lis Vásquez Muñoz
Representante Alterna de México ante
la Organización de los Estados Americanos
Washington, D.C.

Sr. Alberto Del Castillo
Representante Alternativo de México ante la
Organización de los Estados
Americanos
Washington, D.C.

**SAINT VINCENT AND THE
GRENADINES/
SAN VICENTE Y LAS GRANADINAS**

Hon. Dr. Douglas Slater
Minister of Health and the Environment
Ministry of Health and the Environment
Kingstown

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ (cont.)

**UNITED STATES OF
AMERICA/ESTADOS UNIDOS
DE AMÉRICA**

Ms. Ann Blackwood
Director of Health Programs
Office of Human Security
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Robert Downes
Director
Office of Human Security
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

**UNITED STATES OF
AMERICA/ESTADOS UNIDOS
DE AMÉRICA (cont.)**

Ms. Leah Hsu
International Health Analyst
Office of Global Health Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Susan Thollaug
Team Leader
Health Population & Nutrition Team
Bureau of Latin American and the Caribbean
U.S. Agency for International Development
Washington, D.C.

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ**

BRAZIL/BRASIL

Dr. Luiz Fernando Beskow
Diretor de Programa da Secretaria
Executiva
Ministério da Saúde
Brasília

HONDURAS

Dr. Arturo Bendaña Pinel
Secretario de Estado en el Despacho
de Salud
Secretaría de Estado en el Despacho
de Salud
Tegucigalpa, M. D.C.

CANADA/CANADÁ

Ms. Kate Dickson
Senior Policy Advisor
PAHO/Americas
Health Canada
Ottawa, Ontario

SURINAME

Dr. Marthelise Eersel
Director of Health
Ministry of Health
Paramaribo

**PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD**

**Director and Secretary ex officio of the Subcommittee
Directora y Secretaria ex officio del Subcomité**

Dr. Mirta Roses Periago
Director/Directora

**Advisers to the Director
Asesores de la Directora**

Dr. Jon Kim Andrus
Deputy Director/Director Adjunto

Mr. Michael A. Boorstein
Director of Administration
Director de Administración

Dr. Heidi Jiménez
Legal Counsel/Asesora Jurídica

- - -